

ANDRÉA RODRIGUES MAIA DE CARVALHO

**A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO RIO DE
JANEIRO: PERSPECTIVAS DE USUÁRIOS DE UM CENTRO
DE ACOLHIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia
apresentada ao Departamento de Estudos da
Escola Superior de Guerra como requisito à
obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos
de Política e Estratégia.

Orientadora: Lucy Mello Carvalho Vianna

Rio de Janeiro

2019

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG.

ANDRÉA RODRIGUES MAIA DE
CARVALHO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C331p Carvalho, Andréa Rodrigues Maia de

População em situação de rua no Rio de Janeiro: perspectivas de usuários de um centro de acolhimento / Andréa Rodrigues Maia de Carvalho. - Rio de Janeiro: ESG, 2019.

50 f.

Orientador: Lucy Mello Carvalho Vianna

Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), 2019.

1. Pessoas desabrigadas – Rio de Janeiro. 2. Pobreza – Rio de Janeiro - Aspectos morais e éticos. 3. Direito humanos. 4. Exclusão social. 5. Centro de acolhimento. I. Título.

CDD – 362.5098153

A meu pai, José Maria Maia, que me ensinou, desde a infância, a respeitar e a considerar, de forma especial, os menos favorecidos.

A meu marido, meus filhos e minha mãe, pelo amor, apoio, incentivo, compreensão pelas minhas ausências e, principalmente, por entenderem o quanto o tema desta monografia me sensibiliza.

AGRADECIMENTO

A Deus, pela oportunidade da vida, pelo destino que me concedeu e pelo amparo sempre presente.

A todos os professores que me acompanharam, desde a 1ª infância, pela dignidade da profissão.

A minha Orientadora, professora Lucy Mello Carvalho Vianna, pela sensibilidade latente, orientações, disposição e por nortear minha condução e emoção na realização deste trabalho.

Ao Comando, Corpo Permanente, Militares, servidores Contratados e Voluntários da Escola Superior de Guerra, que fazem dessa Escola uma Instituição ímpar, no ensino e no ambiente acolhedor.

À Turma ESG 70 anos, Pátria Amada Brasil, sem dúvida a melhor turma do CAEPE, pela intensa troca de cultura e vivências profissionais, pelos memoráveis momentos que passamos juntos ao longo de um ano mais do que especial e pela construção de sólidas amizades.

À Vânia Maria de Souza Rosa, por ter aberto as portas necessárias para que o trabalho fosse concluído com êxito, por ter sido prontamente disponível todas as vezes em que foi consultada, pela verdade, pela força e superação e por ser um belo exemplo de até onde a bondade e a compreensão humanas podem chegar.

A todos que facilitaram meu caminhar no decorrer das pesquisas, com informações, experiências e dados, como Dra. Carla Beatriz Maia, Vereador Reimont, Vereadora Luciana Novaes, Janaína Câmara, Lorena Mossa e ainda o Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e a Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

À população em situação de rua, que me recebeu com muito respeito, carinho e confiança, e reforçou, apesar de todo o sofrimento, minha certeza de que nunca devemos esmorecer e do quanto é imprescindível o amor ao próximo.

A todos os que sofrem e estão sós, dai sempre um sorriso de alegria. Não lhes proporcione apenas os vossos cuidados, mas também o vosso coração.

Madre Teresa de Calcutá

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar se a estrutura e os serviços oferecidos pelo Hotel Solidário Central do Brasil, Centro de Acolhimento Temporário da Prefeitura, à população em situação de rua da cidade do Rio de Janeiro, atendem ao contido na Política Municipal para essa População. A metodologia adotada compreendeu pesquisa bibliográfica e documental, participação em Rondas, Audiências e grupos de trabalho que permitiram o conhecimento adequado da Rede de Assistência. A proximidade e realização de entrevistas com usuários do Hotel possibilitaram a descrição do cenário atual referente ao objeto de estudo. Para permitir um correto entendimento da estrutura vigente, apresenta o Sistema Único de Assistência Social, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, os Centros de Referência Especializados e as normativas que regem a temática. A partir da análise das entrevistas e da perspectiva dos usuários quanto ao atendimento, regras de funcionamento, segurança, conforto, limite de capacidade, acessibilidade e salubridade da unidade, foi identificado que a atual estrutura do Hotel Solidário não atende à Política Municipal para a População em situação de rua vigente. A conclusão aborda as questões mais emergenciais e apresenta sugestões que concorrerão para o atingimento desses propósitos, ressaltando a necessidade do efetivo empenho e compromisso do poder público, aliado ao engajamento e entendimento da sociedade, para que se promova dignidade e qualidade de vida, que representam a dimensão do desenvolvimento de um país.

Palavras-chave: Pessoas desabrigadas – Rio de Janeiro. Pobreza – Rio de Janeiro. Direitos humanos. Exclusão social. Centro de acolhimento.

ABSTRACT

The object of this study is to analyze if the structure and services offered by the Central Solidarity Hotel of Brazil, Temporary Reception Center of the City Hall, to the homeless population of the city of Rio de Janeiro, comply with the Municipal Policy for this Population. The adopted methodology comprised bibliographic and documentary research, participation in Rounds, Audiences and working groups that allowed adequate knowledge of the Assistance Network. The proximity and conducting interviews with Hotel users made it possible to describe the current scenario regarding the object of study. To allow a correct understanding of the current structure, it presents the Unified Social Assistance System, the Municipal Secretariat of Social Assistance and Human Rights, the Specialized Reference Centers and the rules governing the theme. From the analysis of the interviews and the perspective of users regarding the service, rules of operation, safety, comfort, capacity limit, accessibility and healthiness of the unit, it was identified that the current structure of the Solidarity Hotel does not meet the Municipal Policy for Population in current street situation. The conclusion addresses the most urgent issues and presents suggestions that will contribute to the attainment of these purposes, emphasizing the need for effective commitment and commitment of the public power, coupled with the engagement and understanding of society, to promote dignity and quality of life, which represent the size of a country's development.

Keywords: Homeless People - Rio de Janeiro. Poverty - Rio de Janeiro. Human rights. Social exclusion. Reception Center.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Elevador Centro Pop.....	35
FIGURA 2	Sala de atendimento.....	36
FIGURA 3	Sala da equipe técnica	37
FIGURA 4	Encanamento do bebedouro.....	37
FIGURA 5	Barata no bebedouro.....	37
FIGURA 6	Instalação elétrica do ar condicionado.....	38
FIGURA 7	Ar condicionado.....	38
FIGURA 8	Acomodação Feminina.....	39
FIGURA 9	Quarto feminino para pessoa com deficiência.....	40
FIGURA 10	Banheiro feminino.....	40
FIGURA 11	Banheiro para pessoa com deficiência.....	41
FIGURA 12	Despensa.....	41
FIGURA 13	Piso do corredor.....	42
FIGURA 14	Aplicação de entrevista nos Arcos da Lapa	44
FIGURA 15	Aplicação de entrevista no Centro da Cidade	44
FIGURA 16	Atendimento para encaminhamento ao Hotel Solidário Central do Brasil	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
IPP	Instituto Pereira Passos
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
NUDEDH	Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PND	Política Nacional de Defesa
PSE	Proteção Social Especial
SMASDH	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
SUAS	Sistema único de Assistência Social
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	15
3	O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A REDE INTEGRADA DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	18
3.1	O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS.....	18
3.2	A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS (SMASDH).....	20
3.3	O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS.....	22
3.4	O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO DE RUA (CENTRO POP).....	22
3.5	O NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - NUDEDH.....	24
3.6	NORMATIVAS VIGENTES QUANTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	25
3.7	O MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	27
3.8	A SOLIDARIEDADE.....	28
4	AS CONDIÇÕES ATUAIS DO HOTEL SOLIDÁRIO DA CENTRAL DO BRASIL E AS PERSPECTIVAS DOS SEUS USUÁRIOS	34
4.1	A INSPEÇÃO NO HOTEL SOLIDÁRIO CENTRAL DO BRASIL E NO CENTRO POP BÁRBARA CALAZANS.....	34
4.2	OS USUÁRIOS E SUAS PERSPECTIVAS QUANTO AO EQUIPAMENTO.....	42
5	CONCLUSÃO	49
	REFERÊNCIAS	54
	ANEXO A – QUESTIONÁRIO UTILIZADO EM ENTREVISTA COM POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO CENTRO DA CIDADE E LAPA	58
	ANEXO B – ENTREVISTAS REALIZADAS	59

1 INTRODUÇÃO

Segundo levantamento realizado em janeiro de 2018, com 80 roteiros e a participação de 600 profissionais, pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH), em parceria com o Instituto Pereira Passos (IPP)¹, há, no Município do Rio de Janeiro, 4.628 pessoas em situação de rua, embora para a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro esse número chegue a quinze mil. O IPP coletou dados sobre demografia, escolaridade, vivência de rua ou institucional, trabalho, renda, acesso às redes de saúde e socioassistencial. Verificou-se que há predomínio do sexo masculino (81%), pardos e negros (78%) e dois em cada três indivíduos têm entre 30 e 59 anos. Desemprego, ruptura dos laços familiares, drogas, alcoolismo e migração na esperança de uma vida com mais oportunidades estão entre os fatores desencadeadores dessa situação. Sem um lugar digno para viver, esses indivíduos transformam-se em excluídos da sociedade.

Nas democracias, vem-se registrando uma grande preocupação quanto à necessidade de serem reduzidas as desigualdades sociais extremas ou injustificáveis, com base no conceito de justiça social. Inspirada no valor maior da justiça, a justiça social não só completa os conceitos de democracia e paz social, mas gera contornos para os objetivos da Nação. A resultante maior decorrente do atendimento das necessidades, interesses e aspirações nacionais é o Bem Comum, que pode ser considerado a síntese dos objetivos nacionais. E a verdadeira dimensão do desenvolvimento não está somente nos números e indicadores da amplitude do crescimento material, mas nas evoluções positivas que a sociedade é capaz de realizar, tendo em vista a aproximação ao ideal de Bem Comum". (Brasil, 2019).

Conforme salientado pelo Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro (2018), o enfrentamento dos problemas da população de rua é um desafio permanente para os gestores das políticas sociais, principalmente no desenvolvimento das atividades de Assistência Social. Por ser um público complexo, demanda esforços e ações direcionados para a promoção da cidadania, assim como a saída da situação de exclusão de forma sustentável.

Para a eficiência desse processo, é fundamental o conhecimento das

¹ O Instituto Pereira Passos é o instituto de pesquisa do governo da cidade do Rio de Janeiro. É referência nacional e internacional em dados e conhecimentos de gestão para o planejamento estratégico e integração de políticas públicas, mapeamento, produção cartográfica e aplicação de geotecnologias. Para saber mais: rio.rj.gov.br/web/ipp.

características dessa população, quem são, onde estão, por que vivem nas ruas e há quanto tempo, vínculos familiares ainda existentes e diversas outras informações que permitem o estabelecimento de estratégias que atendam às necessidades desse segmento.

De acordo com o ressaltado pela Agência Senado (2019), no Brasil, abatido por crises econômicas e políticas públicas frágeis, com 12 milhões de desempregados e 54,8 milhões de cidadãos dispendo de R\$ 406 ou menos mensais, o que se depreende é que a população em situação de rua só vem crescendo. A crise econômica estimula a expansão da população sem emprego e moradia disposta a ocupar calçadas, viadutos e praças.

A existência desse contingente de desabrigados evidencia, cada vez mais, as desigualdades socioeconômicas existentes em nosso País. O processo de exclusão social se agrava pelo deslocamento de quem migra das cidades mais pobres, sem alternativas de emprego; por estratégias adotadas por alguns governos, como o cerco de espaços públicos e a expulsão de quem os utiliza para dormir; e por medidas tomadas por prédios privados, como lavagem de calçadas com creolina e instalação de chuveiros contra incêndio preparados para funcionar à noite no caso de pessoas se instalarem sob as marquises (Agência Senado, 2019). Tais situações humilhantes, somadas aos casos de extermínio daqueles que tiveram suas vidas ceifadas pelo simples fato de residirem na rua, obstruem ainda mais o reencontro com a autoestima, com a dignidade e com a esperança.

O Decreto Presidencial 7.053, de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, já confirmava a importância do mapeamento para implementação de políticas públicas voltadas a essa população. Tal política é considerada um marco na luta pelos direitos da população de rua. De acordo com o decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum: pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os locais públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Agência Senado, 2019).

Ainda nesse rumo, a tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, efetivada pela resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que estabelece

parâmetros para a proteção social especial (PSE), e o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop), que possibilita condições de acolhida na rede socioassistencial, cujos objetivos serão abordados no desenvolvimento deste trabalho, contribuem para a reconstrução da autonomia e de novos projetos de vida da população em situação de rua.

Essa população possui autonomia para procurar espontaneamente os Centros Pop para higiene pessoal, guarda de pertences, lavanderia e para solicitar encaminhamento e vaga nos abrigos municipais. A Prefeitura também dispõe do serviço de abordagem, um trabalho itinerante realizado nos 7 dias da semana, 24 horas por dia, com equipes multidisciplinares que se revezam pelas ruas do Rio de Janeiro, na tentativa de convencimento e aceitação dos serviços de assistência social oferecidos, inclusive a remoção, principalmente à noite, para abrigos e hotéis de acolhimento. O decreto nº 44857, de 07 de agosto de 2018, que estabeleceu a Política Municipal para a População em Situação de Rua e instituiu também o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua, criado legalmente, mas ainda não instaurado, visa ao acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de assistência social.

Já a Constituição Federal, em seu artigo 6º, refere-se ao amparo que o Poder Público e a sociedade devem oferecer àqueles que se vêem diante de privações econômicas e sociais, através de políticas sociais destinadas a atender indivíduos sem condições de prover o seu próprio sustento. A execução dessa política pública de Assistência Social é de responsabilidade do Município e entre os serviços socioassistenciais oferecidos estão a abordagem social e o amparo em abrigos e hotéis de acolhimento, mencionados acima.

Por se constituírem em uma residência alternativa, acessada por um segmento fragilizado, sem necessidades básicas atendidas e muitas vezes entregue ao vício, os equipamentos representam um importante suporte para a coragem e a esperança de resgatar a dignidade perdida.

Este trabalho objetiva retratar a situação atual do Hotel Solidário Central do Brasil, Centro de Acolhimento Temporário da Prefeitura do Rio de Janeiro localizado na rua Senador Pompeu nº 243, Centro da Cidade, através da verificação e análise da estrutura e dos serviços que esses equipamentos oferecem à população em situação de rua. Foram analisados atendimento, regras de funcionamento e

convivência, segurança, conforto, limite de capacidade, acessibilidade e salubridade dessa unidade.

Através da observância, apuração e acompanhamento do acolhimento e também da proximidade e do contato direto com os usuários e possíveis usuários, pretendeu-se examinar se os objetivos estabelecidos no Artigo 7º da Política Municipal para a População em Situação de Rua estão sendo atendidos e também propor sugestões que possam contribuir para o atingimento satisfatório desses propósitos e para o resgate da confiabilidade desses locais, efetivando o fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana (Art 1º, III, da CF, 1988)

Tal fundamento, contido na expressão psicossocial do Poder Nacional, manifesta-se também na Política Nacional de Defesa do nosso País, que atua na percepção de um estado de Segurança Nacional, entendida como a condição que permite a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais. (BRASIL, 2016, p.5)

2 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A existência de pessoas em situação de rua não é, segundo Bursztyn (2000, p.19), um problema novo, já que remete ao renascimento das cidades, no início do capitalismo. “A existência de hordas de miseráveis nas cidades pré-industriais - e mesmo após a Revolução Industrial - chamou a atenção de pensadores e de romancistas. Influenciou Charles Dickens e Victor Hugo, na literatura, e Marx e Engels, no pensamento político. Já no início do século XVII, preocupados com a migração de seus miseráveis no rumo das grandes cidades, instigados pelas próprias estruturas de governo local, os ingleses instituíram políticas públicas voltadas para a fixação dos mais pobres em suas localidades de origem”. O autor salienta que na Inglaterra a primeira Lei dos Pobres data de 1601 e visava a evitar que os desvalidos fossem despejados nas comarcas vizinhas. Estabelecia que cada condado se responsabilizasse pelos seus respectivos miseráveis, criando albergues e casas de trabalho para os que tivessem condições físicas. Mais tarde, em 1795, instituiu-se uma política de garantia da ração alimentar básica assegurada pelo Estado, as Corn Laws, que podem ser consideradas como precursoras dos tíquetes-alimentação de nossos dias.

Bursztyn (2000) também destaca que as ruas se tornaram locais de sobrevivência. Muitos ofícios eram exercidos em áreas públicas e com o fim do sistema servil, os Senhores não se importavam mais com as classes despossuídas que, obrigatoriamente, tiveram que buscar seu sustento. Como não havia trabalho para todos, nem habitação, a única alternativa era viver no meio da rua. O desenvolvimento do capitalismo ao longo do século XX, mais inclusivo e humano, propiciou o surgimento de Políticas de proteção contra riscos sociais, fazendo crer que rumávamos para um mundo mais justo.

Porém, há cerca de 30 anos, vários fatores fizeram com que aquela tendência se revertesse. Para o referido autor:

[...] aumentaram as disparidades e as incertezas, enquanto a pobreza extrema se acentuava. Assim, parcelas das populações que viviam no patamar inferior dos circuitos econômicos foram jogadas para fora do sistema. Excluídas do processo de geração de riquezas (emprego) e da distribuição de seus frutos (consumo), sobreviveram, mas valendo-se apenas de um acesso precário a mecanismos públicos, como a assistência social e os serviços de saúde, de forma assistemática, também, à caridade privada, à filantropia ou as entidades assistenciais religiosas. Infraestrutura privada, como habitação, vai-se tomando algo distante, inacessível. Transformam o espaço público - as ruas - em seu universo de vida e de sobrevivência privado. Às vezes tomam-se perigosos, na medida em que praticam delitos;

ou simplesmente são estigmatizados como risco à segurança pública (Bursztyn, 2003, p.20).

Viver nas ruas constitui-se em cenário de um drama social que assola, não só a cidade do Rio de Janeiro, mas o país.

Sarah Escorel (1999, p.139) assinala que esses personagens:

[...] narram suas trajetórias de múltiplas, constantes e cumulativas desvinculações. Expõem o ponto de degradação que as condições de vida urbana atingem, desaparecem na paisagem, naturalizados e banalizados em sua miséria e isolamento. Constantemente despojados de seus poucos pertences, instados a circular pelas ruas sem poder fixar-se, sobrevivem a cada dia de teimosos que são, insistindo em continuar vivos e a expor suas misérias no espaço público.

Essa desvinculação mina o sentimento de pertencimento, exacerbando a sensação de exclusão e ratificando, ainda mais, a vulnerabilidade desses indivíduos. Banalizados em sua miséria e invisibilidade, sobrevivem graças à caridade, por vezes incansável, de grupos e movimentos sociais e à proteção social das ações públicas institucionalizadas, que amenizam temporariamente algumas necessidades básicas e quando possível, promovem a reinserção social dessa população, o que, por si só, já se constitui em uma acanhada esperança.

A marginalização estereotipada discrimina e muitas vezes impede o auxílio tão necessário, tornando a sobrevivência extremamente difícil.

Ainda segundo a citada autora, a moradia nas ruas é parte de uma dinâmica social global e denuncia o eixo central do processo que associa desenvolvimento e pobreza. Nesse sentido, é fundamental a criação de programas de governo voltados para a população de rua e o estabelecimento, pelo Poder Público, de uma Política Municipal que garanta a execução de políticas públicas e a elaboração de planos, programas e projetos municipais que promovam os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais daqueles que se encontram em tal situação.

Essa almejada Política Municipal foi estabelecida pelo decreto nº44857, de 2018, que objetiva garantir os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais daqueles que se encontram em tal situação. Ao encontro das políticas municipais, na cidade do Rio de Janeiro, agrega-se o incansável trabalho realizado por pessoas físicas, Organizações Não Governamentais, Pastorais e diversos Grupos e Movimentos Solidários que, por caridade e compaixão, se unem com o objetivo assistencialista de resgate dos direitos e atendimento de necessidades básicas da população em situação de rua.

A rede de acolhimento temporário existente, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, deve ser reestruturada de forma a estimular sua utilização pelas pessoas em situação de rua e não o contrário, agravando mais ainda um problema que, nos últimos 30 anos, cresceu em grandes proporções. Sem um lugar digno para viver e com os laços sociais rompidos, esses indivíduos são excluídos da cidade formal e legal, passando a ser considerados pelos cidadãos como perigosos. Sem o amparo do Estado, com a omissão, descaso e rejeição de parte da sociedade, os moradores de rua sobrevivem como podem, tornando-se evidências da pobreza da nossa cidade (LUCENA, 2013).

Neste sentido, a população em situação de rua é estereotipada como uma ameaça à integridade e à tranquilidade da sociedade, refletindo também negativamente na imagem turística do Rio de Janeiro, onde são exaltadas as belezas naturais e humanas e o estilo de vida carioca. Esse contexto, agravado pela possível inaplicabilidade das políticas públicas existentes, impacta o desenvolvimento da Cidade, cujo processo reside na valorização do Homem, no aprimoramento de seus sistemas sociais e, em última análise, na busca da melhoria da qualidade de vida da sociedade (BRASIL, 2009).

Este trabalho busca elaborar sugestões, para o equipamento analisado, que favoreçam a reinserção social desses indivíduos, contribuindo para uma sociedade mais digna, justa e solidária, uma vez que o Homem é a origem, o agente e o destinatário do Desenvolvimento. (BRASIL, 2019)

Assegurar à população em situação de rua o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de assistência social, educação, qualificação profissional, trabalho e moradia significa concorrer para uma ordem social mais justa e para o alcance do Bem Comum. O Brasil é um Estado democrático de direito, que tem como fundamento, a soberania e o livre exercício da cidadania. Nesse sentido, a Política Nacional de Defesa articula-se com as demais políticas nacionais, com o propósito de integrar os esforços do Estado Brasileiro para consolidar o Poder Nacional, compreendido como a capacidade que tem a nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, entre eles a redução das desigualdades sociais (BRASIL, 2016, p.5-6)

3 O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A REDE INTEGRADA DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O Documento Orientações Técnicas da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e da Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2011), ressalta que a aprovação da Política Nacional para a População em situação de Rua representa um marco histórico que retrata o compromisso assumido pelo Governo Federal para garantir os direitos e retirar da invisibilidade essa parcela da população. São inúmeros desafios e adversidades que requerem trabalho e dedicação do poder público, da sociedade civil e de movimentos sociais que nasceram para assegurar, aos mais necessitados, o reconhecimento de seus direitos.

Conhecer o Sistema único de Assistência Social, as normativas que regem a atenção à população e situação de rua, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a constituição e as ações da Rede composta por profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, do Centro de Referência Especializado para População de Rua - Centro POP, de Movimentos e Representações sociais partícipes desse amplo trabalho é fundamental para o entendimento e análise das ações que norteiam ou deveriam nortear os Centros de Acolhimento destinados à população em situação de rua.

3.1 O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS

O Sistema único de Assistência Social – SUAS – é um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão e organização da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social em todo o território nacional.

Em termos gerais, o SUAS:

- estabelece a corresponsabilidade entre os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) para implementar, regular, cofinanciar e ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social em todo o território nacional, como dever do Estado e direito do cidadão;
- considera o território, respeitando as diversidades regionais e municipais

decorrentes de características culturais, socioeconômicas e políticas, e as realidades urbana e rural;

- adota a matricialidade sociofamiliar como eixo estruturante das ações de assistência social;
- articula a oferta pública-estatal com a oferta pública não estatal de serviços socioassistenciais operacionalizados por meio de organizações e entidades de assistência social reconhecidas pelo SUAS; e
- organiza a proteção social por níveis: proteção social básica, proteção social especial de média complexidade e proteção social especial de alta complexidade (Perguntas e Respostas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, 2011, p. 6)

A proteção social especial (PSE) organiza, no âmbito do SUAS, a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, destinado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. Atua junto a uma realidade multifacetada, demandando intervenções complexas e exigindo maior presença, flexibilidade e articulações com a rede socioassistencial, das demais políticas públicas e com os órgãos de defesa de direitos (CREAS, 2011,p.7).

A atenção na Proteção Social Especial tem como objetivo principal contribuir para a prevenção de agravamentos e potencialização de recursos para a reparação de situações que envolvam risco pessoal e social, violência, fragilização e rompimento de vínculos familiares, comunitários e/ou sociais, como por exemplo violência física, psicológica e negligência; abandono; violência sexual, situação de rua; trabalho infantil; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, afastamento do convívio familiar, entre outras. Considerando os níveis de agravamento, a natureza e a especificidade do atendimento ofertado, a atenção na Proteção Social Especial organiza-se em Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade. (BRASIL, 2011, p.37)

A Proteção Social Especial de Média Complexidade organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado que requerem maior estruturação técnica e operativa, com competências e atribuições definidas, destinados ao atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. Devido à natureza e ao agravamento dos riscos, pessoal e social, vivenciados pelas famílias e indivíduos atendidos, a oferta da

atenção na Proteção Social Especial de Média Complexidade requer acompanhamento especializado, individualizado, continuado e articulado com a rede (BRASIL, 2011, p. 38)

Em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, constituem Unidades para a oferta de serviços especializados no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, que atua com diversos públicos, e o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua - Centro Pop que, como o próprio nome já conceitua, direciona-se especificamente ao atendimento à população em situação de rua (BRASIL, 2011, p. 38)

3.2 A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS (SMASDH)

Em conformidade com o contido no sítio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos², a SMASDH é responsável pela gestão e coordenação da Política Nacional de Assistência Social, Direitos Humanos, Envelhecimento Ativo e Direitos das Mulheres na cidade do Rio de Janeiro. Possui como metas:

- Implementar e executar políticas públicas que garantam aos cidadãos e grupos em situação de vulnerabilidade social acesso aos direitos socioassistenciais;
- Promover e apoiar políticas públicas voltadas ao cumprimento dos Direitos Humanos;
- Coordenar políticas públicas para as mulheres, principalmente no combate à violência contra a mulher; e
- Gerar e realizar políticas públicas que proporcionem qualidade de vida ao idoso.

Entre as ações de Assistência Social da SMASDH estão as Centrais de Recepção e o Serviço especializado em abordagem social.

As Centrais de Recepção são unidades de atendimento institucional de passagem para oferta de acolhimento imediato e emergencial, com profissionais qualificados para receber os usuários em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza estudo diagnóstico detalhado de cada situação, para os

² Ver <http://prefeitura.rio/web/smasdh/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

encaminhamentos necessários. A solicitação é realizada por demanda espontânea ou através do atendimento das equipes especializadas de abordagem social, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Centro POP (Centro de Referência Especializado para população em situação de rua) e demais órgãos de proteção e garantia de direitos. As Centrais atuam como retaguarda imediata a todos os programas e projetos voltados para a abordagem da população em situação de rua da cidade do Rio de Janeiro, realizando interlocução permanente com todos os órgãos de garantia de direitos. O serviço de acolhimento institucional é organizado entre as Centrais de Recepção e as Unidades de Reinserção Social (URS). Tais URS realizam suas atividades com atendimento integral (24h) e compõem a rede de atendimento da cidade de forma coordenada³.

O Serviço especializado em abordagem social é realizado para identificar situações nos territórios de incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, entre outras. O serviço é ofertado pelos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centros Pop e equipes do Programa de Apoio e Inclusão à População de Rua que atuam 24 horas. A solicitação é encaminhada para a equipe do serviço especializado de abordagem social, que irá até o local abordar a população e ofertar os serviços pertinentes à política de assistência social⁴.

O Serviço da Assistência Social é um trabalho de acolhimento e depende do aceite do público-alvo. A pessoa que está na rua não poderá ser levada à força para um abrigo. O acolhimento da população de rua deve respeitar o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público e o Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, que proíbe que a população adulta em situação de rua seja removida de forma compulsória ou involuntária, ressalvadas as hipóteses de determinação médica ou judicial. A equipe procura sensibilizar estes cidadãos a aceitarem as propostas de atendimento social, tratamento de saúde para dependência química, acolhimento institucional ou retorno ao convívio familiar.

A pessoa interessada em abrigo deve dirigir-se ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social ou Centro Pop mais próximo, de segunda a

³ Ver <https://www.1746.rio/portal/servicos/informacao?conteudo=196>. Acesso em: 12 ago. de 2019.

⁴ Idem. Acesso em: 14 ago. 2019.

sexta, de 9h às 17h.

3.3 O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS

O CREAS é uma unidade pública estatal de abrangência municipal que tem como papel constituir-se em lugar de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos. Atua ofertando serviços, programas e benefícios de proteção social especial de média complexidade no âmbito do SUAS, no município do Rio de Janeiro, disponibilizando atendimento especializado à população adulta em situação de rua.

Além de orientar e encaminhar os cidadãos para os serviços da assistência social ou demais serviços públicos existentes no município, no CREAS são oferecidas informações, orientação jurídica, apoio à família, apoio no acesso à documentação pessoal, estímulo à mobilização comunitária, entre outros.⁵

Existem, atualmente, na cidade do Rio de Janeiro, quinze CREAS, espalhados em diversos bairros.⁶

3.4 O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO DE RUA (CENTRO POP)

Porta de entrada, além dos CREAS e das abordagens, para os abrigos da Prefeitura, o Centro de Referência Especializado para População de Rua, mais conhecido como CENTRO POP, de caráter Público Estatal, possui um importante papel no alcance dos objetivos da Política Nacional para a População em situação de rua. O documento Orientações Técnicas para o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (BRASIL, 2011) estabelece que as ações desenvolvidas pelo Centro Pop devem integrar-se às demais ações da Política de Assistência Social, dos órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas, como saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional, compondo um conjunto de ações públicas de promoção de direitos que proporcionem o fortalecimento da autonomia e de potencialidades da referida população, possibilitando a construção de novas

⁵ Ibidem. Acesso em: 14 ago. 2019.

⁶ Ver <http://prefeitura.rio/web/smasdh/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

trajetórias de vida.

Além desse serviço especializado, a unidade poderá ofertar também o Serviço Especializado em Abordagem Social, direcionado aos diversos segmentos que utilizam espaços públicos, como praças, entroncamentos de estradas, terminais de ônibus, entre outros, como local de moradia e sobrevivência. Essa abordagem representa um importante recurso para a identificação de pessoas em situação de rua, pois significa o início da atenção especializada no contexto da rua, viabilizando intervenções voltadas ao atendimento de necessidades mais imediatas e à vinculação gradativa aos serviços socioassistenciais e à rede de proteção social. A acolhida inicial constitui um importante momento para o atendimento inicial e é a escuta qualificada das necessidades trazidas pelos indivíduos ou famílias no acesso ao serviço. O objetivo é compreender as situações vivenciadas, identificar demandas, conhecer as expectativas dos usuários e iniciar a construção de vínculo para o desenvolvimento do trabalho. Os principais objetivos da acolhida inicial abrangem o entendimento das demandas para o desenvolvimento do trabalho social no serviço; a sensibilização do indivíduo ou da família para o início do acompanhamento especializado, de modo a favorecer sua adesão ao acompanhamento; a identificação dos encaminhamentos imediatos necessários, como a inclusão no cadastro único para programas sociais do Governo Federal e acesso à documentação; informação e orientação do indivíduo ou família sobre procedimentos posteriores; apresentação dos espaços, atividades e atenções ofertadas pelo Centro POP e início da construção do plano de acompanhamento individual e/ou familiar, com a participação dos usuários (BRASIL, 2011, p.42)

O Centro Pop deve representar um espaço de referência para o convívio grupal, social e o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Deve proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando a organização, a mobilização e a participação social. O objetivo é a construção de novos projetos e trajetórias de vida, visando à construção do processo de saída das ruas e o alcance da referência como sujeito de direitos na sociedade brasileira. Para promover uma acolhida adequada e escuta qualificada dos usuários, o ambiente físico deve ser acolhedor e assegurar espaços para atendimentos individuais, familiares e em grupo, em condições de sigilo e privacidade. Para isso, o Centro Pop deverá dispor de espaços para:

- recepção e acolhida inicial;

- sala para atividades referentes à coordenação, reunião de equipe e/ou atividades administrativas;
- salas de atendimento individualizado, familiar ou em pequenos grupos;
- salas e outros espaços para atividades coletivas com os usuários, socialização e convívio;
- copa/cozinha;
- higiene pessoal (banheiros individualizados com chuveiros, inclusive);
- banheiros masculinos e femininos com adaptação para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- lavanderia com espaço para secagem de roupas;
- refeitório;
- guarda de pertences, com armários individualizados (Brasil, 2011, p.49).

Dependendo da realidade local, a Unidade poderá dispor, ainda, de espaços para guarda de animais de estimação em instalações adequadas, sala com computadores, entre outros. É importante também que o espaço físico da unidade seja um espaço público de bem-estar, cooperação, construção de vínculos e concretização de direitos. (BRASIL, 2011, p.49).

O Centro Pop deve ser implantado em local de fácil acesso, com maior concentração e trânsito de pessoas em situação de rua. Hoje, na cidade do Rio de Janeiro, há 2 Unidades em funcionamento, uma no Centro da cidade e outra em Irajá.

3.5 O NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - NUDEDH

O acompanhamento de ações realizadas pelo Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro – NUDEDH permitiu que se constatasse o envolvimento, por parte deste Órgão, na promoção, garantia e defesa dos direitos das pessoas em situação de rua. Verificou-se também que a população em situação de rua participante da pesquisa se sente acolhida pelo Núcleo, reconhecendo alguns de seus integrantes pelo nome e buscando amparo junto à Instituição.

O trabalho atuante confirma a consecução dos objetivos gerais do Órgão referentes ao atendimento da população vulnerável.

Conforme descrito no website⁷ da Defensoria Pública, cabe ao NUDEDH promover e defender os direitos humanos e auxiliar no processo de construção da paz social. Subordinados a ele existem setores especializados em garantir, entre inúmeros direitos, o de proteção às pessoas em situação de rua.

3.6 NORMATIVAS VIGENTES QUANTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

As normativas que tratam da atenção às pessoas em situação de rua são diretrizes que norteiam o trabalho de assistência da Rede. Além disso, representam também uma esperança no cumprimento dos estatutos e códigos que visam a proteger e garantir os direitos desse público. A Publicação Perguntas e Respostas – Centro de Referência Especializado para população em situação de rua (BRASIL, 2011) traz algumas das informações abaixo, assim como eixos norteadores, objetivos, forma de acesso aos serviços, entre outros assuntos.

- POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS - A PNAS reconheceu a atenção à população em situação de rua no âmbito do SUAS. De acordo com a PNAS (2004), “no caso da proteção social especial, à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direitos”. (BRASIL, 2011, p.10).
- LEI Nº 11.258 DE 2005 - incluiu, no parágrafo único do Artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a prerrogativa de que, na organização dos serviços da Assistência Social, deverão ser criados programas destinados às pessoas em situação de rua.
- DECRETO S/Nº, DE 25 DE OUTUBRO DE 2006 – instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo MDS, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua.
- PORTARIA MDS Nº 381, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, DO MDS – assegurou recursos do cofinanciamento federal para municípios com mais de 300.000 habitantes com população em situação de rua, visando apoio à oferta de serviços de acolhimento destinados a este público.

⁷ Ver <http://www.defensoria.rj.def.br/Cidadao/NUDEDH>. Acesso em: 12 ago. 2019.

- RESOLUÇÃO CNAS Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO, DE 2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Documento que tipificou os serviços socioassistenciais em âmbito nacional, dentre os quais os serviços destinados ao atendimento à população em situação de rua na Proteção Social Especial - PSE: Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço de Acolhimento Institucional (que incluem adultos e famílias em situação de rua) e Serviço de Acolhimento em República (que inclui adultos em processo de saída das ruas).
- DECRETO Nº 7.053, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009 – instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento.
- INSTRUÇÃO OPERACIONAL CONJUNTA SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SNAS E SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA - SENARC Nº 07, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010 – que reúne orientações aos Municípios e Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.
- RESOLUÇÃO DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE – CIT Nº 7, DE 07 DE JUNHO DE 2002 - Pactuou critérios de partilha de recursos do cofinanciamento federal para a Expansão dos Serviços Socioassistenciais 2010. Destinou, pela primeira vez, recursos do cofinanciamento federal para a oferta do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, ofertado no Centro de Referência para População em Situação de Rua, em municípios com mais de 250.000 habitantes e Distrito Federal.
 - PORTARIA Nº 843, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010 – Dispôs sobre o cofinanciamento federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade - PFMC, dos serviços socioassistenciais ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS e pelos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO SMDS Nº 64, DE 12 DE ABRIL DE 2016 - cria e regulamenta o Protocolo do Serviço especializado em abordagem social, no âmbito das ações da proteção social especial de média complexidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

- DECRETO Nº 44857, DE 07 DE AGOSTO DE 2018 - Institui a Política Municipal para a População em Situação de Rua e seu Comitê Gestor Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento e dá outras providências.
- DECRETO RIO Nº 46483, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019 - Dispõe sobre normas para a realização do censo da população em situação de rua, na Cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências.

3.7 O MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O Movimento Nacional da População de Rua, de acordo com sua Cartilha “Conhecer para lutar” (VIEIRA, 2010), remonta a 1960, quando já se observavam iniciativas de organização em algumas cidades brasileiras. Nas décadas seguintes, apoiadas por organizações sociais, pessoas em situação de rua realizavam mobilizações e manifestações por melhores condições de vida e por políticas públicas que assegurassem sua autonomia. Nessa época, uma parte da população em situação de rua, que trabalhava no recolhimento de material reciclável, formou as primeiras associações e cooperativas de catadores, posteriormente organizadas no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Em 1995, na Semana da Pátria, uma manifestação popular promovida pela Pastoral Social com as demais Igrejas do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, movimentos sociais, entidades e organizações da sociedade civil, que ficou conhecida como Grito dos Excluídos, teve como objetivo abrir caminhos aos excluídos da sociedade, dando visibilidade aos direitos e necessidades da população que fazia das ruas, sua moradia e sobrevivência.

No final dos anos 1990 e até o início dos anos 2000, inúmeras mobilizações nas principais cidades brasileiras tornaram visíveis, à sociedade e aos poderes públicos, as árduas condições de vida na rua. Fóruns de debate e manifestações públicas possibilitaram parcerias, com a presença de pessoas em situação de rua nos Conselhos de Assistência Social e de Monitoramento.

Em 2004, na cidade de São Paulo, uma chacina na Praça da Sé vitimou fatalmente sete moradores de rua. Infelizmente, outros atos semelhantes ocorreram em vários pontos do País, acarretando uma mobilização, inicialmente por grupos da população de rua em São Paulo e Belo Horizonte, que alicerçaria o Movimento Nacional da População de Rua.

Em setembro de 2005, convidadas a participar do 4º Festival Lixo e Cidadania, pessoas em situação de rua de Belo Horizonte mobilizaram outros companheiros do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Cuiabá. Nesse encontro, que contou com a participação de várias cidades brasileiras, foi realizado, então, o lançamento do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Em 2008, um representante do MNPR entrou para o Conselho Nacional de Assistência Social, tornando-se o primeiro representante do movimento popular eleito.

Ainda segundo a Cartilha do MNPR, as principais violações contra a população em situação de rua são: chacinas e extermínios, espancamentos, retirada dos pertences, jatos de água, coação, agressão verbal, detenção por vadiagem, impedimento de acessar serviços e espaços públicos, expulsão das regiões centrais da cidade, impedimento de entrar nas cidades, proibição de doações, cadastro e abrigo obrigatórios, apreensão de documentos, não atendimento pelo SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) e criminalização da situação de rua e da pobreza.

Os princípios que orientam a organização e a prática das políticas do MNPR são democracia, valorização do coletivo, solidariedade, ética e trabalho de base. O Movimento destaca, também, como missão a promoção à vida e à dignidade, com políticas sociais eficazes, tendo por objetivo viabilizar os direitos da população em situação de rua, na saúde, na educação, na previdência social e na inserção ao mercado de trabalho com capacitação profissional e no fomento à renda e moradia digna (VIEIRA, 2010).

Diversas conquistas foram comemoradas também como resultado dessa luta, entre elas o Decreto Presidencial nº 7053, de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua. As vitórias abrandam as necessidades mais prementes, porém é inegável o legado de um longo caminho a ser percorrido, ainda por diversas gerações.

3.8 A SOLIDARIEDADE

O amparo do Estado deveria garantir o atendimento das mínimas condições de vida à população em situação de rua. Infelizmente, a não confirmação dessa realidade traz à tona o grande lado da solidariedade exercida por parte da sociedade: o amor ao próximo, cujo único interesse é suprir necessidades básicas e o abismo aprofundado pela falta de vínculos e de afeto. O trabalho voluntário traz,

algumas vezes, não apenas a satisfação das privações mais prementes, mas a possibilidade de resgate da vida que foi deixada para trás.

Diversos grupos, movimentos e pessoas se mobilizam para, nas ruas do Rio de Janeiro, promover cidadania, dignidade e esperança. Alguns desses exemplos encontram-se retratados a seguir.

PROJETO RUAS - O Projeto Ruas é uma ONG que trabalha para promover o bem-estar e a cidadania da população em situação de rua. Suas atividades foram iniciadas em setembro de 2014, nas ruas do bairro do Leblon, e hoje as ações se expandiram também para os bairros de Botafogo e Copacabana. Às terças-feiras, à noite, são realizadas diferentes dinâmicas envolvendo saúde, arte, cultura e tecnologia, sempre no mesmo local e horário. Realizam também conexões com serviços sociais, como resgate familiar, registro civil, centros de reabilitação, entre outros.⁸

MOVIMENTO DE PESSOAS SOLIDÁRIAS (#MPS) - O Movimento de Pessoas Solidárias é formado por voluntários com o objetivo de reintegrar os moradores em situação de rua socialmente, através do trabalho formal ou informal. Um cadastro para identificação de perfis potenciais permite a procura de parceiros, como empresas, agências de treinamento para (re)qualificação profissional e organizações que desenvolvam empreendimentos sociais. O Movimento organiza a distribuição de alimentos e roupas em bom estado pelo menos em um domingo a cada mês. A intenção é ouvir as pessoas e diagnosticar com mais cuidado seus problemas, atributos profissionais e histórias e pensar nas possibilidades viáveis de ajuda.⁹

RIO INVISÍVEL - O projeto Rio Invisível busca ressignificar as pessoas em situação de rua, incentivando um olhar mais sensível na cidade. Escutam e contam histórias de pessoas. Trabalham para construir a identidade daqueles que estão em estado de extrema pobreza e abandono, sem moradia e acesso limitado aos direitos humanos. Publicando as histórias, possibilitam que outras pessoas acessem e possam ser agentes de uma transformação.¹⁰

PROJETO VOAR - Grupo voluntário que prepara e serve café da manhã, há mais de 10 anos, a pessoas em situação de rua, nos bairros da Glória, Laranjeiras e Flamengo, acolhendo-os e resgatando a humanidade perdida. O projeto, com ações abrangentes como doações, serviços e aprendizados, trabalha em parceria com a

⁸ Ver <http://www.projektoruas.org.br>. Acesso em: 26 jul. 2019.

⁹ Ver <https://pt-br.facebook.com/mps.org.br>. Acesso em: 26 jul. 2019.

¹⁰ Ver <https://pt-br.facebook.com/rio.invisivel>. Acesso em 26 jul. 2019.

Defensoria Pública do Estado e é reconhecido por sua atuação no apoio à retirada de pessoas das ruas.¹¹

BANHO DA ALEGRIA - O Banho da Alegria é um projeto Social sem fins lucrativos e sem ligação com instituições políticas ou religiosas. O objetivo é levar um chuveiro itinerante para que pessoas em situação de rua realizem, gratuitamente, a higiene básica. A iniciativa foi idealizada por uma estudante e uma psicóloga moradoras da Zona Norte, que já realizavam trabalhos sociais na área da saúde. A cada 15 dias, o chuveiro está presente em vários pontos da Cidade. Os beneficiados têm direito a sabonete, xampu, condicionador e toalha. A estrutura — uma espécie de trailer adaptado com dois chuveiros, de água quente ou fria — foi construída pelo pai de uma delas. O dinheiro necessário para iniciar o projeto foi conquistado graças a uma vaquinha online, rifas, bazares e doações recebidas. As ações são sempre realizadas em parceria com outros projetos, como cortes de cabelo e barba gratuitos e distribuição de Kits de higiene.¹²

INSTITUTO LAR - O Instituto LAR – Levante, Ande e Recomece trabalha com a proposta de oferecer dignidade, cidadania e identidade social para pessoas em situação de rua. Possui como objetivo ressocializar essa população, garantir acesso aos direitos constitucionais e ao mercado de trabalho, buscando emancipação social e desenvolvendo cidadãos conscientes de suas capacidades. O Instituto LAR tem diversas atividades que, de forma pontual ou continuada, auxiliam a recuperação da dignidade, da autoconfiança e da independência. Entre elas:

- . moradia: atualmente, o LAR mantém um conjugado com capacidade entre 4 e 5 pessoas, que têm um acompanhamento mais individualizado para alavancar a promoção da reinserção social.
- . Resgate da cidadania: é comum que pessoas em situação de rua tenham seus documentos perdidos ou roubados. O Instituto LAR encaminha os assistidos para retirada de documentação como RG, CPF, título de eleitor e carteira de trabalho.
- . Resgate da identidade social: apoio na reinserção no mercado de trabalho, com elaboração de currículos e orientações gerais.
- . Palestras públicas: Impulsionam a autoconfiança dos assistidos, para que possam acreditar em si próprios e mudar seus rumos.
- . Atendimento primário: voltado para higiene e alimentação, promove atividades

¹¹ Ver <https://pt-br.facebook.com/projetovoarcafedamanha>. Acesso em 26 jul. 2019.

¹² Ver <https://www.atados.com.br/ong/banho-da>. Acesso em: 26 jul. 2019.

como corte de cabelo, disponibilização de banheiro para banho e barba, oferta de lanche ou refeição, além de ocupação ou distração mental por meio de um filme, conversas ou atividades em grupo.

. Roda de conversa: guiada por um facilitador com um grupo fechado, que se renova periodicamente.¹³

CONTAGIADOS PELO BEM - Grupo independente, cujo maior objetivo é multiplicar as iniciativas em fazer o bem. Atua em parceria com outros grupos e ONGs, a fim de otimizar a distribuição das doações e recursos recebidos para os assistidos. Ações: campanha permanente de kits de higiene, com arrecadação, triagem e montagem mensal de 1.000 Kits, distribuídos para moradores em situação de rua por grupos parceiros, e campanhas pontuais: arrecadação e entrega de doações em períodos específicos ao longo do ano.¹⁴

CONSULTÓRIO NA RUA - O Consultório na Rua são equipes de Unidades de Saúde que desenvolvem ações voltadas para a orientação e o cuidado à saúde de pessoas que vivem em situação de rua. Atuam de forma itinerante pelas ruas, desenvolvendo ações de promoção da saúde, prevenção e acompanhamento, principalmente nos casos de tuberculose, infecções sexualmente transmissíveis, hepatites virais, doenças de pele, pré-natal e questões relacionadas ao uso prejudicial de álcool e outras drogas. Além disso, essas equipes são responsáveis por auxiliar no acesso ao sistema de abrigamento/acolhimento (quando desejado pelo usuário), na obtenção de documentação civil e demais benefícios sociais. O papel do Consultório na Rua é ampliar a oferta de um cuidado integral à população que se encontra em situação de rua, identificando suas necessidades e buscando construir uma atenção compartilhada e em rede. As Clínicas da Família e Centros Municipais de Saúde servem como base de apoio para essas equipes, que são responsáveis pelo cuidado integral dos usuários, realizando, em muitos casos, acompanhamento em parceria com outras unidades de saúde (Policlínicas, UPAs, CAPSs, e hospitais de urgência e emergência).¹⁵

MÉDICOS DE RUA RJ - Profissionais da área médica que proporcionam saúde à população em situação de rua, na região da Candelária e adjacências.¹⁶

REFETTORIO GASTROMOTIVA - O Refettorio Gastromotiva é uma iniciativa

¹³ Ver <http://www.institutolar.org.br>. Acesso em: 26 jul. 2019.

¹⁴ Ver <https://m.facebook.com/contagiadospelobem>. Acesso: em 26 jul. 2019.

¹⁵ Ver <http://subpav.org/download/prot/ConsultorioNaRua>. Acesso em: 26 jul. 2019

¹⁶ Ver <https://www.facebook.com/medicosdomundorj>. Acesso em 26 jul. 2019)

trazida para o Brasil pelos chefs Massimo Bottura (*Food for Soul*), David Hertz (*Gastromotiva*) e pela jornalista Ale Forbes para contribuir na luta contra o desperdício de alimentos, má nutrição e exclusão social. Refettorio - em latim *Reficere* - significa refazer ou restaurar. Funciona como um restaurante-escola onde chefs convidados e jovens talentos da Gastromotiva cozinham com ingredientes excedentes. Servem jantares gratuitos para população em situação de rua.¹⁷

JUNTANDO OS CACOS - O projeto nasceu do sonho de um grupo de empresários em ajudar as pessoas da comunidade no entorno da sede da ONG Aldeias Infantis e de outras comunidades carentes do Rio de Janeiro, oferecendo oportunidades de aprendizado por meio de Curso profissionalizante na arte dos mosaicos. Utilizam o produto final gerado durante o curso para melhorar a aparência das residências que estão inacabadas na região, aumentando o valor venal do imóvel. Ocupam jovens e adolescentes após o horário escolar com atividades manuais que propiciem um melhor entendimento de trabalho, desenvolvimento de habilidade manual e valorização dos aspectos solidários.¹⁸

GRUPO MARIA DE MADALENA - O Grupo Maria de Madalena possui atualmente 4 grandes campanhas anuais (Páscoa, Inverno, Dia das Crianças e Natal) e uma campanha mensal permanente de distribuição de quentinhas, água, kits de higiene e roupas, com o objetivo de atenuar as necessidades dos moradores em situação de rua do Rio de Janeiro. Todo o trabalho, desde a captação de recursos até a distribuição das doações, é realizado voluntariamente. Os colaboradores participam na arrecadação dos recursos e itens necessários para as ações.¹⁹

Coral Uma Só Voz - Desde maio de 2016, os Corais Uma só Voz existem na cidade do Rio de Janeiro, compostos por moradores e ex-moradores de rua. Todas as semanas, os membros se encontram para ensaios regulares com um líder de corais para cantar, dividir histórias e encontrar apoio e conforto através da arte. Atualmente, mais de 80 pessoas fazem parte do projeto em cinco corais pela cidade, ensaiando em albergues mantidos pela prefeitura do Rio de Janeiro (Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos), ONGs e espaços públicos. Mais do que apenas cantar,

¹⁷ Ver <http://www.refettoriogastromotiva.org>. Acesso em: 26 jul. 2019.

¹⁸ Ver <https://www.facebook.com/pages/category/Social-Service/Juntando-os-Cacos>. Acesso em 26 jul. 2019.

¹⁹ Ver <http://www.grupomariademadalena.com.br>. Acesso em: 26 jul. 2019.

os corais se tornaram uma rede de apoio. Muitos dos membros que passaram ou permanecem no coral viram na iniciativa uma porta de entrada para novas conquistas: cerca de 20% deles já estão empregados em outros trabalhos, saíram da rua em busca de moradia e cerca de 30% afirmam que é mais fácil ficar longe de drogas e álcool quando estão no coral.²⁰

²⁰ Ver <https://www.atados.com.br/ong/uma-so-voz>. Acesso em: 26 jul. 2019.

4 AS CONDIÇÕES ATUAIS DO HOTEL SOLIDÁRIO DA CENTRAL DO BRASIL E AS PERSPECTIVAS DOS SEUS USUÁRIOS

Em visita à Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente, da Coordenadoria Técnica de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social, ambas subordinadas à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SMASDH, além de dados necessários ao desenvolvimento deste trabalho, foi informado que atualmente encontram-se em funcionamento, na cidade do Rio de Janeiro, os seguintes equipamentos (reinserção social, acolhimento, fortalecimento e abrigo) :

- . UNIDADE DE REINSERÇÃO SOCIAL IRMÃ DULCE - Rua Visconde de Jequitinhonha, nº 50 - Rio Comprido – destinada a mulheres;
- . UNIDADE DE REINSERÇÃO SOCIAL PLÍNIO MARCOS - Rua Bartolomeu de Gusmão, nº 98 - São Cristóvão – destinada a homens;
- . HOTEL SOLIDÁRIO CENTRAL DO BRASIL - Rua Senador Pompeu, nº 243 – Central do Brasil – para homens e mulheres;
- . HOTEL SANTA COMBA (fortalecimento) - Rua Tenente Possolo, 49 – Central do Brasil;
- . UNIDADE DE REINSERÇÃO SOCIAL ILHA DO GOVERNADOR - Estrada dos Maracajás nº 973 - Ilha do Governador;
- . CENTRAL DE RECEPÇÃO DE ADULTOS E FAMÍLIAS TOM JOBIM - Estrada dos Maracajás nº 973 - Ilha do Governador;
- . HOTEL PROFETA GENTILEZA - Rua da Regeneração, 654 – Bonsucesso;
- . UNIDADE DE REINSERÇÃO SOCIAL REALENGO - Rua Prof. Carlos Wenceslau nº 211 – Realengo – homens; e
- . UNIDADE DE REINSERÇÃO SOCIAL RIO ACOLHEDOR PACIÊNCIA - Rua Hermínio Aurélio Sampaio nº 105 - Santa Cruz .

Delimitou-se como objeto de estudo o Hotel Solidário Central do Brasil, para verificação da estrutura e dos serviços oferecidos à população em situação de rua usuária do equipamento.

4.1 A INSPEÇÃO NO HOTEL SOLIDÁRIO CENTRAL DO BRASIL E NO CENTRO POP

O acesso aos equipamentos para a realização de pesquisas acadêmicas somente é permitido após o cumprimento de procedimentos administrativos no

âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e submissão do projeto para avaliação da Comissão de Autorização de Pesquisas e Projetos de Extensão da Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente (GDEP), que, após análise, procederá ao deferimento ou indeferimento do pleito. Devido a tais dificuldades requeridas pelo trâmite burocrático, principalmente no que se refere a tempo e à incerteza quanto ao deferimento, mostrou-se como opção mais exequível a utilização do relatório de inspeção elaborado pela Vereadora Luciana Novaes e Assessores, por ocasião da visita realizada, em 15 de maio de 2019, ao Centro Pop Barbara Calazans e ao Hotel Solidário, localizados na Rua Senador Pompeu, nº 243, Central, retratado abaixo. Neste mesmo endereço também se encontra o serviço de abordagem social, todos destinados ao atendimento à população em situação de rua. Optou-se por manter a parte referente ao Centro POP, uma vez que ambos funcionam no mesmo prédio e sendo este um serviço que deva estar interligado ao acolhimento temporário.

O espaço, cedido pelo Governo do Estado, apesar de estar em uma área privilegiada para a realização desse trabalho não apresenta o mínimo de garantia de segurança nas instalações prediais. No térreo encontra-se o Centro Pop, no segundo andar funciona o serviço de Abordagem e no 3º e 4º andares, o Hotel Solidário. Essa disposição dificulta os usuários na identificação e especificidade de cada equipamento, já que não há entradas individualizadas. O elevador não funciona, impedindo o acesso, aos andares superiores, de pessoas com deficiência.

Figura 1 – Elevador Centro Pop



Figura 2 – sala de atendimento

No Centro Pop a circulação de ar é precária e as salas de atendimento, além de pequenas, não possuem privacidade para o atendimento individual, uma que o espaço é separado por divisórias que não chegam até o teto e que se encontravam quebradas, deixando o atendimento ainda mais vulnerável.

Conforme as orientações técnicas do Ministério da Cidadania, o centro POP deveria ter em sua infraestrutura física um espaço com guarda de pertences, lavanderia, banheiro incluindo a disponibilidade de banho, copa, cozinha e refeitório. Porém, o que existe é a falta de espaços que são essenciais para o fortalecimento das ações de garantia de direitos, conforme preconizado na política de assistência social para o funcionamento do Centro Pop. A equipe técnica não possui sala exclusiva para a realização de estudo de casos. A sala é dividida com todos os funcionários, inclusive, para a realização das refeições. Nesta mesma sala foi encontrada uma goteira de urina do banheiro do andar superior.

A falta de manutenção do espaço é visível, as paredes possuem umidade e mofo. Na encanação do bebedouro observou-se barata circulando pelo local. Não foi encontrado certificado que comprovasse a dedetização do equipamento.

Figura 3 - Goteira de urina na sala da equipe técnica



Figura 4 – Encanamento do bebedouro

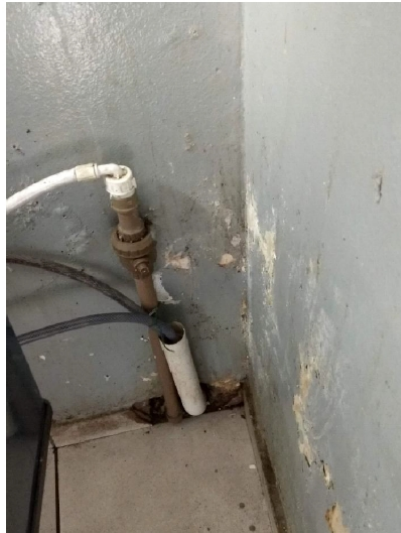


Figura 5 – Barata no bebedouro



A quantidade de fiação exposta em péssimas condições das instalações elétricas, inclusive nas paredes com infiltração, desperta preocupação. Isso representa risco iminente de curto circuito, com possibilidade de incêndio, colocando a vida de centenas de pessoas em risco, já que a partir do terceiro andar há acomodações feitas de materiais altamente inflamáveis. Não foi localizado alvará do Corpo de Bombeiros.

Figura 6 - instalação elétrica do ar condicionado



Figura 7 - Ar condicionado



No terceiro e quarto andares encontra-se o Hotel Solidário. O espaço é amplo, porém precário de manutenção, com capacidade para 110 homens e 28

mulheres, divididos em duas galerias. O hotel deixou de ofertar o serviço de “perdia” (9h às 16h30min), devido a uma forte ventania ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, que provocou queda de parte das divisórias. Segundo a Coordenadora de Assistência Social e Direitos Humanos, o serviço de “perdia” encontrava-se suspenso para a realização do reparo dessas divisórias, a fim de garantir a segurança dos usuários, uma vez que foi instalado um andaime na ala feminina, embora não tenha sido registrado profissional reparando os danos causados pela ventania. Somente está sendo ofertado o serviço de “pernoite” (19h às 6h) de forma reduzida, também devido a esses problemas. Observou-se contradição das informações passadas pela Coordenadora, já que o andaime permanece instalado durante o dia e a noite, sem reparo do ocorrido, tornando-se também um risco para o serviço de pernoite. Os quartos são individuais, separados por divisórias, e os banheiros são coletivos, embora separados para homens e mulheres, com disponibilidade de chuveiro.

Figura 8 – Acomodação Feminina



Há quartos destinados a pessoas com deficiência, porém não é possível receber essas pessoas pela falta de acessibilidade, devido ao defeito no único elevador existente.

Figura 9 - Quarto feminino para pessoa com deficiência



O banheiro feminino possui oferta de banho, embora somente dois chuveiros estivessem funcionando. A limpeza do banheiro era precária e não foi observada a presença de um profissional de limpeza. Não foi possível acessar o banheiro masculino devido ao cheiro muito forte de urina.

Figura 10 – Banheiro Feminino



Figura 11– Banheiro para pessoa com deficiência



Apesar do hotel funcionar atualmente de forma reduzida, havia a informação, pelos funcionários, de que a alimentação estava sendo ofertada. Contudo a equipe da Vereadora Luciana Novaes recebeu denúncias de que, por vezes, os usuários são impedidos de fazer a refeição.

Figura 12 – Despensa



A falta de manutenção do espaço é visível, o bebedouro não funciona e há pisos quebrados em todo o corredor, que prontamente podem se tornar uma arma,

colocando em risco outros usuários e funcionários.

Figura 13 - Piso do corredor



É inegável a necessidade do equipamento na vida da população a que se destina, embora a inadequação da infraestrutura provoque o desacolhimento, infringindo princípios estabelecidos no Decreto Nº 7053, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, em seu artigo 8º, que versa sobre o padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário.

Promover a utilização dos equipamentos pelas pessoas em situação de rua é atender inicialmente a uma necessidade afilitiva, com reflexos na segurança individual dos cidadãos, tanto da população em situação de rua, vítima do descaso social, quanto da sociedade que, cada vez mais, se sente ameaçada pela presença dessas pessoas que fazem, das ruas, a sua moradia.

4.2 OS USUÁRIOS E SUAS PERSPECTIVAS QUANTO AO EQUIPAMENTO

Para o alcance do objetivo proposto e a fim de se obter um correto entendimento do universo a ser tratado, foi necessário o comparecimento aos seguintes eventos:

- reunião do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública com a presença de Defensores, Psicólogos, Assistentes sociais da Prefeitura,

representantes do Movimento Nacional pela população de rua, profissionais da Rede de Assistência e de 2 indivíduos em situação de rua, realizada na rua Marechal Câmara nº 314, no dia 02 de maio de 2019;

- Audiência pública da Comissão Especial instituída pela Resolução nº1467/2019, com a finalidade de acompanhar, estudar e analisar a conjuntura da população em situação de rua referente aos abrigos e espaços de acolhimento, com a presença de Vereadores que trabalham pelo tema, Defensores públicos, Psicólogos, Assistentes sociais da Prefeitura e do Ministério Público, profissionais da rede de Assistência, representantes do Movimento Nacional pela população em situação de rua, estudantes e afins, realizada na Câmara municipal do Rio de Janeiro, Palácio Pedro Ernesto Praça Floriano, s/nº - Cinelândia, no dia 24 de junho de 2019;

- Ronda do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública, realizada por equipe do Núcleo, na Praça Nossa Senhora do Amparo, em Cascadura, composta de entrevista e informação sobre os direitos da população em situação de rua, dia 22 de julho; e

- Reunião “População em situação de rua: enfrentamentos frente à atual conjuntura, com participação de Defensores Públicos, Assessores de Vereadores, Ministério Público, profissionais da rede de Assistência, Assistentes Sociais da Prefeitura e voluntários, realizada no Auditório do Sindicato dos Médicos, Av. Churchill, nº 97, Centro, dia 05 de agosto de 2019.

Confirmou-se ser bastante relevante o conhecimento das políticas públicas afetas ao tema, do trabalho efetuado pela Secretaria de Assistência Social da Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, pelo Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública, pela Rede afeta ao assunto e pelo voluntariado de Instituições, Igrejas, Grupos e cidadãos que trabalham na caridade a essa população. Envolver-se nesse conteúdo proporcionou discernimento e compreensão consideráveis para a aplicação da entrevista com os usuários do Hotel Solidário Central do Brasil, para verificação da estrutura e dos serviços que esses equipamentos oferecem, sob o ponto de vista da população em situação de rua.

Na realização desta pesquisa de campo foi utilizada a metodologia do questionário, com abordagem qualitativa, composto de perguntas abertas, possibilitando respostas individualizadas. Visando a uma melhor estruturação, realizou-se entrevista com parcela da população em situação de rua que se mantém

no Centro e adjacências do Rio de Janeiro, especificamente no entorno da Lapa e do Centro da cidade, na rua Marechal Câmara, nos dias 30 de julho e 05 de agosto, o início da noite, totalizando 20 usuários do Hotel Solidário Central do Brasil, equipamento objeto de análise.

Figura 14 – Aplicação de entrevista nos Arcos da Lapa



Figura 15 - Aplicação de entrevista no Centro da Cidade



Figura 16 – Atendimento para encaminhamento ao Hotel Solidário Central do Brasil



Para alcançar a maior autenticidade possível na respostas, foi necessária uma abordagem informal, estabelecida através de conversas sobre as vivências dos usuários, no ambiente em que os mesmos convivem, ou seja, as calçadas das ruas.

Explicado o objetivo proposto e com o consentimento de cada um, foi dado início à coleta de dados, através de entrevistas individuais, cujos registros foram efetuados por escrito, posteriormente digitados e encontram-se anexos.

Procurou-se analisar as respostas de acordo com o perfil individual, orientando os entrevistados de forma que expusessem suas experiências sem apelos emocionais, retratando a realidade dos fatos.

Inicialmente, procurou-se conhecer o perfil dos entrevistados e o percurso de suas vidas. No universo questionado, 16 homens e 4 mulheres, com idades entre 28 e 60 anos e predominância na faixa dos 30 anos (35%), com as seguintes escolaridades: Fundamental incompleto (20%), Fundamental completo (40%), Ensino Médio incompleto (10%), Ensino Médio completo (20%), Superior incompleto (5%) e Superior completo (5%). Quanto à categoria racial, 50% são brancos, 30% negros e 20% pardos.

Embora a naturalidade predominante seja do Rio de Janeiro (75%), observou-se, também, a presença de indivíduos provenientes de São Paulo (10%), Santa Catarina (10%) e Bahia (5%).

Como fator determinante para o estabelecimento nas ruas da Cidade, desemprego e conflito familiar (80%), drogas (10%), vocação para lutar pelos direitos da minoria retratada (5%) e economia do ganho proveniente da informalidade (5%). Apesar das drogas serem apontadas como causa por apenas 10% dos entrevistados, 30% admitiram ser usuários de maconha e cocaína. Apesar

do consumo de álcool, tal fato não se mostrou significativo, embora tenha se apresentado, assim como a droga, como fator de alienação de uma situação fantasiosamente negada, ainda que apenas nos momentos de efeito do vício. As divergências e hostilidades familiares provocadas pelos constantes enfrentamentos também são refletidos no estado civil do grupo pesquisado, onde 50% são separados, com filhos; 5% separados, sem filhos; 40% solteiros, sem filhos; e 5% solteiros, com filhos.

O período em situação de rua é variável, similar ao tempo de desemprego, onde constatou-se que 65% mencionaram estar há até 8 meses e 35% há mais de 2 anos. Como ocupações profissionais anteriores à situação atual apontada, o comércio e a prestação de serviços, formais e informais.

Referente à documentação individual, 85% possuem principalmente Registro Geral (RG) e Carteira de Trabalho, 10% não têm carteira de trabalho e 5% encontram-se sem o RG, embora estejam providenciando, junto ao Centro POP Bárbara Calazans, a reposição dos mesmos.

Após o retrato das características individuais, indagou-se sobre a utilização do Hotel Solidário da Central do Brasil, localizado na Rua Senador Pompeu nº 243, constatando que apenas 10% não são usuários. A boa localização do Hotel foi unanimidade, assim como a utilização do Centro Pop apenas para banho e confecção de documentos, uma vez que, segundo os entrevistados, são esses os benefícios mais eficientes, atualmente.

Posteriormente, passou-se à apreciação e avaliação dos serviços efetuados pelo Hotel Solidário, sob o ponto de vista dos usuários, com o objetivo de analisar o atendimento ao contido no Decreto nº 44857, de 07 de agosto de 2018, que institui a Política Municipal para a População em Situação de Rua, cujo Artigo 7º preceitua que o padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua. A informalidade da abordagem permitiu respostas que se mostraram coerentes com a realidade, ratificadas pela similaridade dos relatos e a partir da vivência apresentada por cada indivíduo.

Apenas 1 pessoa (5%) afirmou não ter reclamações, já que se encontrava, provisoriamente, em situação de rua. 95% dos entrevistados levantaram, de forma

análoga, os seguintes problemas:

- higiene precária nos banheiros, com boxes sujos, chuveiros somente com água gelada e desperdício da mesma, pois não fecham totalmente, o sabonete oferecido é um pedaço muito pequeno, muitas vezes parte de amostras grátis, vasos sanitários sem tampa, não há fornecimento de toalhas para os usuários, obrigando, quem não tiver seu material de higiene, a se enxugar com as próprias roupas;
- higiene precária nos compartimentos (quartos), camas quebradas, janelas sem fechar, a maioria dos ventiladores não funciona, leitos desativados em detrimento da população que não consegue acesso ao Hotel, algumas portas não fecham, colchões velhos, muito mosquitos, eventualmente encontram roupa de cama não trocada após o uso do hóspede anterior. Há cerca de 1 mês o Hotel passou a fornecer roupa de cama, após um grande período sem a mesma;
- é permitido lavar roupa, contudo não há local para pendurá-las;
- a única televisão do Hotel, possibilidade de lazer para os usuários, não funciona, devido ao roubo de um conversor;
- bebedouro quebrado, e não há copos plásticos;
- elevador não funciona, prejudicando a acessibilidade do Hotel, que funciona no 3º e no 4º andar;
- a alimentação de forma geral melhorou, mas mantém-se dividida em dias bons e dias ruins, de acordo com a equipe de trabalho na cozinha, embora haja reclamações do fornecimento de moela várias vezes na semana; e
- distanciamento dos profissionais (psicólogos e assistente sociais) capacitados para o atendimento de demandas essenciais e que representam o 1º passo para a reconstrução da identidade social dos assistidos.

Indagou-se também sobre o atendimento dos educadores e funcionários do equipamento. Sessenta por cento sentem-se respeitados e demonstram algum tipo de satisfação quanto ao suporte desses profissionais, enquanto 40% reclamam de maus tratos e descaso.

Finalizando a entrevista, questionou-se acerca das necessárias melhorias a serem instituídas no equipamento, a fim de que o mesmo cumpra os objetivos contidos na citada Política Municipal. As reivindicações mais requeridas abrangeram melhorias na infraestrutura, com o conserto de pisos, vasos sanitários, portas, janelas, camas quebradas, elevador, bebedouro, ventiladores, limpeza dos quartos e dos banheiros, chuveiros com água quente, utilização de todas as vagas existentes,

acolhendo um maior número de usuários, melhor capacitação dos educadores e contratados e aproximação das psicólogas e Assistentes Sociais, que permanecem no Centro Pop, apenas recebendo as demandas em suas salas quando são procuradas.

Segundo Marcelo Jaccoud da Costa, em seu livro “Flores Amarelas” (2019), foi necessário um árduo caminho, como Assistente Social, no trato com a população em situação de rua, até o entendimento de que é fundamental respeitar a pessoa que vive na rua como sujeito de sua própria história. E a pergunta “O que você está fazendo para sair das ruas”, utilizada por ele em suas abordagens e também como encerramento da entrevista deste trabalho, faz com que reflitam sobre a necessidade de trilhar seus próprios caminhos. Como resposta, 95% mostraram ter esperanças em conseguir um emprego ou forma de sustento que possibilite alugar seu próprio espaço e, dali, retomarem suas vidas de onde pararam.

No aprendizado proporcionado pela realização das entrevistas, compreende-se que não há como desvincular a população em situação de rua do binômio desenvolvimento e segurança. Segurança é a sensação de garantia necessária e indispensável a uma sociedade e a cada um de seus integrantes, contra ameaças de qualquer natureza. E as razões de insegurança resultam também da escassez de recursos essenciais à satisfação de necessidades básicas da população (BRASIL, 2019). Essa mesma escassez, responsável, na grande maioria das vezes, pela vida nas calçadas e logradouros públicos, insere-se na expressão psicossocial do Poder Nacional. Caminhar em consonância às Políticas Públicas na busca de soluções para a população em situação de rua não significa minimizar o que cabe, por dever, à Prefeitura e ao Governo, e sim participar na condução do desenvolvimento como um fenômeno que possibilita, ao Homem, a construção de uma sociedade inspirada no Bem Comum. (BRASIL, 2019)

5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou a análise do Hotel Solidário Central do Brasil, Centro de Acolhimento Temporário da Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio da verificação da estrutura e dos serviços que esse equipamento oferece à população em situação de rua.

Para o correto entendimento da organização, ações, benefícios e projetos socioassistenciais voltados a essa população, apresentou-se o Sistema Único de Assistência Social e os Órgãos e Instituições que compõem a Rede Integrada de Serviço Especializado para a População em Situação de Rua, entre eles o Centro Pop, que se configura como acesso ao Hotel de Acolhimento e cujas atribuições são de grande importância para os objetivos da Política Municipal direcionada a esse público.

O referencial teórico citado facilitou a percepção acerca do tema e respaldou a compreensão dos movimentos de luta, no passado e no presente, e da solidariedade existente, imprescindível ao assunto em questão.

A pesquisa de campo realizada permitiu conhecer as principais demandas e necessidades mais aflitivas dos usuários do Hotel Solidário. Problemas na infraestrutura verificados na inspeção do equipamento e apontados na aplicação das entrevistas, assim como demais necessidades levantadas, comprovam o estado de sucateamento do equipamento e demonstram o não atingimento dos objetivos estabelecidos no Artigo 7º da Política Municipal para a População em Situação de Rua.²¹

Tais necessidades e reivindicações apresentadas na inspeção do equipamento e nas entrevistas, básicas para um atendimento primário, não parecem ser, em uma avaliação superficial, tão difíceis de serem solucionadas, pelo menos parte delas. Corte de verba inviabiliza qualquer plano de atuação, porém, na Audiência Pública da Comissão Especial, na Câmara Municipal, foi relatada a existência de um contrato da Prefeitura para manutenção e realização de obras nos prédios da Secretaria de Assistência Social e no Hotel Solidário Central do Brasil, o

²¹ O Artigo 7º da Política Municipal para a População em Situação de Rua enuncia que o *padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua.*

que configura uma expectativa positiva (informação verbal).²²

A regulação das vagas nos Centros de Acolhimento é outro problema que se mostra emergencial. Alguns equipamentos recusam o pernoite, devido à lotação esgotada, outros mantêm vagas ociosas. A configuração da rede de abrigos é antiga e cada vez mais enxuta, com o fechamento de várias unidades ao longo dos anos. O ideal é que a localização dessas unidades fosse de fácil acesso e próxima a Centros POP, CREAS e unidades de saúde, a fim de favorecer o atendimento das demandas. Nas entrevistas, alguns usuários relataram preferir dormir na rua a ir para o abrigo da Ilha do Governador, uma vez que a volta, na manhã seguinte, torna-se inviável. A VAN que realiza a abordagem os leva à noite e ao amanhecer, sem dinheiro, não podem utilizar transporte público para voltar ao local onde, muitas vezes, conseguem, pelo trabalho informal, algum paleativo para o próprio sustento.

Ainda na mencionada Audiência Pública, foi relatado que apenas 10% das pessoas que passam pelos abrigos conseguem se reerguer e que 50% da população em situação de rua encontra-se na zona sul, Centro e Tijuca. A explicação para este fato é que o grupo se concentra onde é mais fácil acessar renda e a caridade alheia.

O contato com a população em situação de rua proporcionado pelo presente trabalho revelou uma necessidade quase unânime: a falta de um lugar que possa ser um referencial de lar. Vários entrevistados afirmaram que já perderam oportunidades de trabalho por não apresentarem residência fixa. Para que o acolhimento alcance os resultados esperados, é necessário que os usuários se percebam verdadeiramente abrigados, é necessário que haja um local para o qual voltarão no final do dia, sem a obrigação de passar o dia inteiro em uma fila à espera da noite, em que a equipe da Prefeitura chegará e possivelmente os encaminhará à vaga que garantirá, por mais um dia, dormir em um local com teto e paredes. Apesar dessa espera, muitos são frustrados, devido ao limite de vagas existentes. Essa necessidade básica atendida dará fôlego à esperança, elemento motivador e essencial para a batalha que travam diariamente. A atual estrutura dos equipamentos e especificamente do Hotel Solidário Central do Brasil, com 138 vagas, perpetua a impessoalidade do atendimento e a manutenção do atual estágio

²² Audiência pública da Comissão Especial instituída pela Resolução nº1467/2019, realizada em 24 de junho de 2019, com a finalidade de acompanhar, estudar e analisar a conjuntura da população em situação de rua referente aos abrigos e espaços de acolhimento,

da situação. A sugestão apresentada na Audiência Pública, de mais abrigos com menos vagas, próximos a Centros Pop, permitirá que cada usuário seja conhecido pelo nome, tenha sua demanda identificada e um atendimento individualizado. Um horário flexível de entrada e saída, a garantia da vaga diária e a orientação e o estímulo de profissionais especializados nessas unidades, impulsionarão a confiança e a autoestima na reconquista da autonomia e na caminhada de reinserção à sociedade.

A execução das entrevistas junto ao público-alvo também ressaltou, como necessidade iminente, a aproximação entre os usuários do Hotel e os psicólogos e Assistentes Sociais, para identificação das demandas e acompanhamento especializado. Foi possível perceber que grande parte desse grupo, apesar de saber de seus direitos, não procura atendimento por falta de vínculos com o profissional adequado, por desacreditar no serviço e por não ser abordado com esse objetivo no Hotel. É preciso inverter o fluxo atual e buscar descobrir junto ao usuário suas carências e dificuldades mais emergenciais. O pedido de socorro é visível, embora não expressado em palavras. A acolhida e a aproximação são condições primordiais para transformar a desconfiança existente em credibilidade.

Recentes e trágicos episódios de assassinatos de cidadãos cariocas por moradores de rua (ou que se designam desta forma), na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, trouxeram à tona, mais uma vez, toda a problemática e realidade da população em situação de rua, com contornos ainda mais negativos. Por envolverem a parcela adicta, a internação compulsória ganhou a aprovação de parte da sociedade e a determinação do governo em realizar uma limpeza nas ruas, principalmente dos bairros mais nobres. Tal medida é rechaçada pela rede assistencialista especializada, uma vez que a recuperação envolve muito mais do que uma simples internação e a infraestrutura atual não oferece o tratamento necessário e o posterior acompanhamento, essencial para o início do caminhar e ao processo de luta contra a doença. Mesmo não sendo objeto deste trabalho, menciona-se aqui a internação compulsória, uma vez que a sociedade refere-se à população em situação de rua de forma generalizada, incluindo nesse grupo, usuários de drogas e cidadãos de bem que residem nas ruas. Hoje intensificaram-se, pelo menos momentaneamente, abordagens visando à retirada dessa população e encaminhamento a Centros de Acolhimento. Infelizmente, tem-se visto também, nesses casos, a retirada de pertences, muitas vezes os únicos, mesmo sem o

consentimento para tal. Segundo noticiado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, existe a oferta de 5.000 vagas em abrigos públicos, embora Parlamentares que trabalham em prol da causa e a rede assistencialista relatem a existência de apenas 1.060 vagas nas 8 unidades da rede municipal de acolhimento em funcionamento.

Para elaborar políticas de acolhimento eficazes e implantar soluções que possibilitem a reinserção social, é fundamental conhecer quem são, quantos são e porque se encontram nas ruas. O Decreto Rio nº 46483, de 12 setembro de 2019, que dispõe sobre normas para a realização do censo da população em situação de rua, na cidade do Rio de Janeiro, indica que se pretende ir ao encontro dessas respostas. Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos realizar, em parceria com o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, o censo a cada dois anos. Os dados delinearão o aperfeiçoamento das políticas públicas e a implantação de medidas que se mostrem necessárias.

Também é imprescindível que o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê POPRUA-RJ), instituído pelo Artigo 8º do Decreto nº 44857, 07 de agosto de 2018, seja finalmente instalado e inicie suas atribuições, supervisionando, requerendo, cobrando e construindo uma rede de atendimento integral que garanta os direitos e a reinserção social dessa população. A pluralidade da composição do Comitê²³ permitirá um acompanhamento efetivo, mais sólido, mais direcionado a resolver os problemas existentes.

A experiência de vivenciar o tema de uma forma mais profunda foi extremamente gratificante e reveladora, mesmo para quem já possui a prática do trabalho voluntário. Estar em contato com a população em situação de rua de uma forma mais intensa e sob uma ótica diferente da caridade, permitiu um entendimento maior de seus sofrimentos, fraquezas, desconfiança, isolamento e desistência. Permitiu enxergá-los e entendê-los em seu mundo, tão próximo e ao mesmo tempo tão distante da sociedade. Permitiu também sentir a invisibilidade tão falada por eles, no olhar reprovador e inquiridor dos passantes ao presenciar a realização da entrevista e da conversa de forma tão integrada e amistosa.

²³ O Comitê POPRUA-RJ, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SMASDH, é integrado por representantes da sociedade civil e por um representante e respectivo suplente de diversos Órgãos Municipais. Ver https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2018/4485/N_44857/decreto-n-44857-2018-institui-a-politica-municipal-para-a-populacao-em-situacao-de-rua Acesso em: 19 abr. 2019.

A urgência de soluções para os Centros de acolhimento destinados à População em situação de rua e a garantia de seus direitos e dignidade representam também um problema de segurança pública, indo ao encontro da presença do Estado no País e da Estratégia Nacional de Defesa (ED-8), que ressalta o compromisso do poder público para atender necessidades básicas da população, promovendo a integração e a cidadania e consolidando a identidade nacional (END, p.37).

Compreender todo o contexto que envolve a população em situação de rua modifica a percepção do problema e desconforta. É inegável, requer esforços conjuntos e contínuos, responsabilidade, engajamento, ações emergenciais. E para entender essa luta, também é imperativo entender que a busca pela melhoria da qualidade de vida da sociedade é a verdadeira dimensão do desenvolvimento de um país (BRASIL, 2019).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Nº. 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Resolução Nº. 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 nov. 2009.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2016a. Aprovada em 14 dez. 2018 pelo Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 179, de 2018. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2016c. Aprovada em 14 dez. 2018 pelo Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 179, de 2018. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Centro de referência especializado para população em situação de rua. **Orientações técnicas**. Brasília, DF, 2011.

BRASIL, **Perguntas e respostas**: Centro de Referência de Assistência Social – CREAS. Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/perguntas-respostascreas.pdf. Acesso em: 14 ago. 2019.

BRASIL, **Texto de orientação para o reordenamento do serviço de acolhimento para população adulta e famílias em situação de rua**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Senado Federal. **Invisível nas estatísticas, população de rua demanda políticas públicas integradas**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-ciddania/especial-cidadania-populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 22 jun. 2019.

CÂMARA MUNICIPAL (Rio de Janeiro). **Cartilha de direitos do cidadão em situação de rua**. Rio de Janeiro, 2018.

CÂMARA MUNICIPAL (Rio de Janeiro). População de rua na cidade do Rio de Janeiro. Informativo, n.12, ago. 2018. Disponível em : <http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/populacao-de-rua-de-na-cidade-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 22 jun 2019.

CONSULTORIO NA RUA. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://subpav.org/download/prot/ConsultorioNaRua>. Acesso em: 26 jul. 2019

CONTAGIADOS PELO BEM. Rio de Janeiro. Facebook: Contagiados pelo bem

@contagiadospelobem. Disponível em:
<https://m.facebook.com/contagiadospelobem>. Acesso em: 26 jul. 2019.

COSTA, Marcelo Jaccoud da. **Flores amarelas**: um olhar sobre quem mora nas ruas: histórias para inspirar um caminho. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 2019. 158p.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Núcleo de Direito dos Direitos Humanos – NUDEDH. Disponível em:
<http://www.defensoria.rj.def.br/Cidadao/NUDEDH>. Acesso em: 12 ago. 2019

DUNCAN, Flávio. **Diários do meio-fio**. Rio de Janeiro: Novaterra, 2012. 73p.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Fundamentos do Poder Nacional**. Rio de Janeiro, 2019. 162p.

SCOREL, Sarah. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999. 276p.

GRUPO MARIA DE MADALENA. Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://www.grupomariademadalena.com.br>. Acesso em: 26 jul. 2019.

HISTÓRIAS, notícias e dicas para inspirar quem trabalha com pessoas em situação de rua, é solidário ou simplesmente quer viver. Quantas pessoas moram nas ruas do Rio de Janeiro? Quem são elas? E o que fazemos agora? **BLOG DA RUA**, 2018. Disponível em: <http://www.blogdarua.com>. Acesso em: 22 jun. 2019.

INSTITUTO Lar. Levante. Ande. Recomece. Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://www.institutolar.org.br>. Acesso em: 26 jul. 2019.

JUNTANDO OS CACOS. Rio de Janeiro. Facebook: juntando os cacos @juntandooscacos. Disponível em <https://www.facebook.com/pages/category/Social-Service/Juntando-os-Cacos>. Acesso em 26 jul. 2019.

LUCENA, Wagner Leite de. **Território de exclusão**: a distribuição espacial da população de rua do centro de Patos/PB. Paraíba, 2013. Disponível em:
 file:///C:/Users/Fam%C3%ADlia%20Maia/Downloads/12704-30204-1 PB%20(2).pdf. Acesso em: 19 abr. 2019.

MÉDICOS DE RUA – RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro. Facebook: Médicos do Mundo @medicosdomundorj. Disponível em:
<https://www.facebook.com/medicosdomundorj>. Acesso em 26 jul. 2019)

MOVIMENTO DE PESSOAS SOLIDÁRIAS. Rio de Janeiro, 1 jan. 2017. Facebook: MPS - Movimento de Pessoas Solidárias @mps.org.br. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/mps.org.br>. Acesso em 26 jul. 2019.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. **Conhecer para lutar**: Cartilha para Formação Política. [s.l.], 2010. Disponível em :
http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf. Acesso em 30 jun 2019.

MOTTA, Leo. **Há vida depois das marquises**: autografia. Rio de Janeiro, 2018. 216p.

OBSERVATÓRIO LEGISLATIVO DA INTERVENÇÃO FEDERAL NA SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO. População de rua na cidade do Rio de Janeiro, [2018]. Disponível em: <http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/populacao-de-rua-de-na-cidade-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 19 abr. 2019.

O SURGIMENTO do Movimento Nacional da População de Rua. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/alavieira/pop-rua-sumrio>. Acesso em: 26 jul. 2019.

PROJETO RUAS. Disponível em: <http://www.projeturuas.org.br>. Acesso em: 26 jul. 2019.

PROJETO VOAR – CAFÉ DA MANHÃ. Rio de Janeiro. Facebook: Projeto VOAR – Café da Manhã @projetovoarcafedamanha. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/projetovoarcafedamanha>. Acesso em 26 jul. 2019.

REFETTORIO GASTROMOTIVA. Disponível em: <http://www.refettoriogastromotiva.org>. Acesso em: 26 jul. 2019.

RIO DE JANEIRO (Prefeitura). Decreto n. 44857 de 2018. Dispõe sobre a política municipal para a população de rua. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-dejaneiro/decreto/2018/4485/N_44857/decreto-n-44857-2018-institui-a-politica-municipal-para-a-populacao-em-situacao-de-rua. Acesso em: 19 abr. 2019.

RIO DE JANEIRO (Prefeitura). **Informações sobre Centrais de Informação**. Disponível em: <https://www.1746.rio/portal/servicos/informacao?conteudo=196>. Acesso em: 12 ago. de 2019.

RIO DE JANEIRO (Prefeitura). Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos. Disponível em: <http://prefeitura.rio/web/smasdh/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

RIO DE JANEIRO (Prefeitura). **Serviço Especializado em abordagem social**. Disponível em: <https://www.1746.rio/portal/servicos/informacao?servico=180>. Acesso em: 14 ago. 2019.

RIO INVISÍVEL. Rio de Janeiro. Facebook: Rio Invisível @rio.invisivel. Disponível em <https://pt-br.facebook.com/rio.invisivel>. Acesso em 26 jul. 2019.

SASSE, Cintia; OLIVEIRA, Nelson. Invisível nas estatísticas, população de rua demanda políticas públicas integradas. Brasília, DF: Senado Federal, 2019. (Especial Cidadania –Edição 669, Pessoas em situação de rua) Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/especial-cidadania-populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 25 maio 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Rio de Janeiro).

Trabalho social nas políticas públicas. Rio de Janeiro, 2015.

TOCA de Assis. Disponível em: <http://tocadeassis.org.br>. Acesso em: 26 jul. 2019.

UMA só voz: arte e população de rua. Disponível em: <https://www.atados.com.br/ong/banho-da>. Acesso em: 26 jul. 2019.

UMA só voz: arte e população de rua. Disponível em: <https://www.atados.com.br/ong/uma-so-voz>. Acesso em: 26 jul. 2019.

VERGARA, Sylvia Constant Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. São Paulo: ATLAS, 1998.

VIVENDO de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel. No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 264p.

QUESTIONÁRIO UTILIZADO EM ENTREVISTA COM POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO CENTRO DA CIDADE E LAPA

1. Dados pessoais:

- Nome / Idade/ cor:
- Profissão habitual (o que fazia antes de ir para as ruas):
- Escolaridade:
- naturalidade:
- Estado civil:
- Possui filhos?
- Tempo de situação de rua:

2. Documentos:

- Está na posse/possui todos os principais documentos (RG, CPF, Título de Eleitor, CTPS, Certidão de nascimento/Casamento, Bolsa Família)?

3. Há quanto tempo está em situação de rua e desemprego?

4. Condição de saúde:

- Problema de saúde ou Deficiência?
- Possui algum vício? Está em tratamento? Onde?

5. Recebe Benefício governamental? Qual?

6- Motivo da ida para as ruas (desemprego, conflitos familiares, uso abusivo de drogas ou álcool, outros).

7. Já foi a algum CREAS ou Centro Pop? Vem sendo atendido por algum Centro Pop?

8 - Frequenta ou já frequentou o Hotel Solidário Central do Brasil?

9 - O que acha da localização dele?

10- O que você acha das condições do abrigo? Atendimento, higiene, alimentação, acomodações, banheiros, limite de capacidade, conforto, material de higiene pessoal.

11-Você se sente respeitado por quem trabalha nos abrigos?

12- Qual a sua sugestão para melhorar o serviço dos abrigos?

13- O que você está fazendo para sair das ruas?

ENTREVISTAS REALIZADAS

RENATO DO NASCIMENTO ARRUDA

- 1) 38 anos cor: branca
Auxiliar de Serviços Gerais e Operador de Caixa
Ensino médio completo
Natural do RJ
Solteiro – sem filhos
- 2) Possui todos os documentos
- 3) Desempregado há cerca de 2 anos
- 4) Saúde boa. Bebe álcool, mas não é dependente químico. Não usa drogas.
- 5) Benefício Governamental: bolsa família: R\$91,00
- 6) Motivo da ida para as ruas: desemprego e conflito familiar
- 7) já foi atendido pelo Centro Pop Bárbara Calazans
- 8) Frequenta o Hotel Solidário na Central do Brasil
- 9) Localização boa, fácil acesso.
- 10) A higiene era bem ruim. Melhorou um pouco nos banheiros e nos boxes (quartos). Levo meu próprio kit higiene e toalha, pois dão pedaços pequenos de sabonete. Não dão toalha. As camas não possuem lençol e nem fronha, agora já tem. Tem cobertor. A comida não é ruim, tem dias melhores e dias piores. Já vi barata no refeitório. Prefiro dormir ali a ficar na rua.
- 11) Sim, “os educadores são bons, me tratam com respeito”.
- 12) Melhoraria na infraestrutura do hotel, consertar os pisos do corredor e da cozinha, consertar os ventiladores dos boxes. Seria necessária uma maior integração do Hotel com o Centro POP, com os Psicólogos e Assistentes Sociais. Parceria que possibilitassem vagas para empregos. Atualmente dão uma carta para o SINE – Sistema Nacional de Emprego no RJ, mas não consigo vaga.
- 13) Estou acomodado, não tenho feito esforço, mas procurarei uma psicóloga no Centro POP para tratar a minha ansiedade e batalhar por um emprego melhor.

JUSCELINO KUBITSCHEK

- 1) 34 anos cor: negra
Administrador
Ensino Superior completo
Natural do RJ
Separado – 5 filhos
- 2) Possui todos os documentos
- 3) Desempregado. Luta pelos direitos da POP rua há 12 anos, em diversas cidades do Brasil
- 4) Saúde boa. Não usa drogas. Vício: cigarro.
- 5) Benefício Governamental: bolsa família: R\$91,00
- 6) Motivo da ida para as ruas: vocação para ajudar a população em situação de rua.
- 7) já foi atendido pelo Centro Pop Bárbara Calazans, mas na verdade frequenta buscando motivar e orientar a população em situação de rua
- 8) Frequenta o Hotel Solidário na Central do Brasil
- 9) Localização boa.
- 10) A higiene está um pouco melhor. Alguns pop rua, voluntariamente, ajudam a limpar. Havia muitos percevejos, agora não há mais. Há cerca de 3 semanas passaram a colocar fronha e lençol. A televisão não está funcionando, porque

roubaram o conversor. Levo meu material de higiene e toalha, pois dão apenas pequenos pedaços de sabonete. Não dão toalha. A comida às vezes é boa, às vezes ruim. Não há manutenção do Corpo de bombeiros e o elevador não funciona.

11) Sim, me sinto respeitado após reivindicações dos nossos direitos.

12) há necessidade de obras na infraestrutura do hotel, funcionários mais qualificados para lidar com essa parcela da população. As Psicólogas e Assistentes Sociais precisam interagir mais com os usuários. Elas ficam isoladas em suas salas, atendendo quem as procura somente durante o dia. É preciso consertar o elevador e resolver o problema da televisão.

13) “Minha motivação é orientar a população em situação de rua. Aonde precisarem de mim, eu estarei.”

ROBSON LIBÂNIO DA SILVA

1) 54 anos cor: parda

Vidraceiro

Ensino fundamental completo

Natural do RJ

Separado – 4 filhos

2) Possui todos os documentos (com a ajuda do Centro POP)

3) Desempregado há 5 meses

4) Saúde boa. Bebe álcool, mas não é dependente químico. Não usa drogas.

5) Benefício Governamental: bolsa família: R\$91,00

6) Motivo da ida para as ruas: desemprego.

7) já foi atendido pelo Centro Pop Bárbara Calazans. Costuma ir para cortar o cabelo e conversar com a psicóloga.

8) Frequenta o Hotel Solidário na Central do Brasil

9) Localização boa, fácil acesso.

10) A higiene era muito ruim, melhorou depois que o Juscelino passou a frequentar o Hotel Tenho que levar meu próprio kit higiene e toalha, pois dão pedacinhos de sabonete. O papel higiênico é controlado. Não há chuveiro com água quente.

11) Sim, depois que o Juscelino passou a frequentar, os educadores tem me tratado com respeito.

12) Como melhoria, gostaria que houvesse água quente para tomarmos banho

13) Pretendo voltar a trabalhar como vidraceiro e continuar atuando em prol da população

Em situação de rua.

THAÍS DOS SANTOS

1) 28 anos cor: negra

Ensino médio incompleto

Natural da Bahia

Solteira – 1 filha

2) Possui todos os documentos

3) trabalha atualmente como divulgadora (distribuição de panfletos)

4) Saúde boa. Bebe álcool, mas não é dependente químico. Não usa drogas.

5) Não recebe Benefício Governamental (bolsa família), mas já deu entrada.

6) Motivo da ida para as ruas: para economizar o salário. Nos finais de semana vai para a casa da mãe e da filha, em Itaboraí.

7) Não procurou atendimento no Centro Pop Bárbara Calazans

8) Frequenta o Hotel Solidário na Central do Brasil

- 9) Localização boa.
- 10) A higiene era ruim. Melhorou um pouco nos banheiros e nos boxes (quartos). Levo meu próprio kit higiene e toalha, pois os pedaços de sabonete são muito pequenos. As camas agora tem lençol e fronha. A comida até que é boa, mas depende mais de quem está cozinhando.
- 11) Não tenho problema com os funcionários
- 12) A higiene ainda precisa melhorar e deveriam colocar chuveiro com água quente. E consertar a televisão.
- 13) Este ano quero sair das ruas. Estou procurando um trabalho melhor.

RUBENS EUZÉBIO INÁCIO

- 1) 58 anos cor: negra
Fazia bicos
Fundamental completo
Natural do RJ
Separado – 10 filhos
- 2) Possui todos os documentos
- 3) Desempregado há 2 meses
- 4) Saúde boa. Não usa drogas.
- 5) Deu entrada no Benefício Governamental (bolsa família)
- 6) Motivo da ida para as ruas: desemprego
- 7) já foi atendido pelo Centro Pop Bárbara Calazans
- 8) Frequenta o Hotel Solidário na Central do Brasil
- 9) Localização boa.
- 10) A higiene era ruim. Melhorou um pouco. Já cheguei a dormir no colchão direto em cima do chão, pois a cama estava quebrada.
- 11) Sim, não tenho problema com os funcionários.
- 12) Precisam colocar urgente chuveiros com água quente para tomarmos banho e consertar a televisão.
- 13) Espero arrumar um emprego para sair das ruas

DANIELLA DELL OSSI

- 1) 46 anos cor: parda
Trabalhava em projetos sociais
Ensino médio completo
Natural do RJ
Solteira – sem filhos
- 2) Possui todos os documentos
- 3) Atualmente participa dos Projetos Acelerando a Escolaridade e Yoga de Rua e escreve no site www.recantodasletras.com.br/autores/daniella
- 4) Saúde razoável. Dependente química: álcool e cocaína
- 5) Benefício Governamental: bolsa família: R\$91,00
- 6) Motivo da ida para as ruas: drogas e conflito familiar
- 7) Fez tratamento no CAPS AD
- 8) Já frequentou o Hotel Solidário, na Central do Brasil. Hoje mora de favor em uma casa na GAMBOA.
- 9) Localização boa, fácil acesso.
- 10) A limpeza era muito ruim. Faltavam lençol e fronha, às vezes não tinha nem um pedaço pequeno de sabonete, banho gelado, mas ainda assim era melhor do que dormir na rua.

- 11) Nada a falar sobre os funcionários .
- 12) Falta assistência psicológica, profissionais capacitados em reabilitação de dependência química, em saúde mental. No abrigo deveria ter alguém para encaminhar esses casos para tratamento.
- 13) Vou continuar com meus projetos sociais e tentar tratar minha dependência química.

ELISIMAR FERREIRA JUBILADO

- 1) 58 anos cor: branca
Fazia bicos
Fundamental completo
Natural do RJ, mas morava em Santa Catarina há 15 dias atrás
Separado – 10 filhos
- 2) Possui todos os documentos
- 3) Não tem emprego
- 4) Saúde boa. Não usa drogas.
- 5) Não recebe Benefício Governamental (bolsa família)
- 6) Motivo da ida para as ruas: conflito familiar.
- 7) Nunca foi atendida pelo Centro Pop Bárbara Calazans
- 8) Frequenta há menos de 15 dias o Hotel Solidário na Central do Brasil
- 9) Localização boa.
- 10) A higiene razoável, atendimento bom, comida boa.
- 11) Sim, não tenho problema com os funcionários.
- 12) Precisam se organizar melhor, os próprios usuários danificam o equipamento.
- 13) Minha situação é muito temporária. Vou sair bem rápido das ruas.

ADRIANA NEVES SOARES

- 1) 29 anos cor: negra
Trabalhou como atendente no BOB's
Ensino médio incompleto
Natural do RJ
Solteira - sem filhos
- 2) Possui todos os documentos
- 3) Desempregada há 2 meses
- 4) Saúde debilitada, obesa. Toma remédio controlado para ansiedade. Não usa drogas.
- 5) Recebe Benefício Governamental (bolsa família)
- 6) Motivo da ida para as ruas: conflito familiar. Foi expulsa de casa pela tia.
- 7) já foi atendido pelo Centro Pop Bárbara Calazans
- 8) Frequenta o Hotel Solidário na Central do Brasil
- 9) Localização boa.
- 10) A higiene razoável, agora tem sabonete, apesar de ser muito pequeno. Os vasos sanitários não tem tampa e só tem chuveiro de água fria.
- 11) Sim, não tenho problema com os funcionários.
- 12) Precisam colocar chuveiros com água quente para tomarmos banho e consertar as tampas dos vasos.
- 13) Espero tratar da minha saúde e conseguir um emprego para sair das ruas.

PEDRO HENRIQUE DE ARAÚJO

- 1) 24 anos cor: branca
Trabalhava com exportação de café
Fundamental completo
Natural de SP
Solteiro – sem filhos
- 2) Possui todos os documentos
- 3) Desempregado há 2 meses, mas faz reciclagem nas ruas
- 4) Saúde boa. Não usa drogas.
- 5) Recebe Benefício Governamental (bolsa família)
- 6) Motivo da ida para as ruas: desemprego e conflito familiar
- 7) Não foi atendido pelo Centro Pop Bárbara Calazans
- 8) Frequenta o Hotel Solidário na Central do Brasil
- 9) Localização boa.
- 10) A limpeza é ruim. Só tem chuveiro com água gelada, bebedouro precário, não tem copo. Alimentação às vezes boa, às vezes ruim. Depende do cozinheiro.
- 11) Não, alguns educadores são grosseiros, não dialogam.
- 12) Precisam colocar chuveiros com água quente para tomarmos banho e consertar o bebedouro.
- 13) Mês que vem irei para Curitiba. Tenho amigos com casa fixa, que irão me ajudar. E vou sair dessa.

FRANKLIN ALVES DA CRUZ

- 1) 29 anos cor : parda
Trabalhou em açougue, confecção de roupa, comércio, camelô.
Fundamental completo
Natural de Niteroi
Separado – 10 filhos
- 2) Possui todos os documentos, menos título de eleitor
- 3) Desempregado há 2 anos
- 4) Saúde boa. Não usa drogas.
- 5) Deu entrada no Benefício Governamental (bolsa família)
- 6) Motivo da ida para as ruas: desemprego . A mãe mora em São Paulo e o pai na Bahia
- 7) já foi atendido pelo Centro Pop Bárbara Calazans
- 8) Frequenta o Hotel Solidário na Central do Brasil
- 9) Localização boa.
- 10) Os quartos são sujos, os banheiros apesar de estarem um pouco melhor do que eram, não são limpos pelos funcionários. O Hotel precisa de uma reforma. Nem sabemos se tem psicólogo e assistente social no abrigo. Elas não nos procuram. Sobram muitos quartos (boxes) vazios.
- 11) Não, os funcionários não nos respeitam, nos ignoram.
- 12) A alimentação precisam melhorar. Ter mais saladas e carnes. Servem fígado várias vezes na semana. As psicólogas e assistentes sociais deveriam ser mais próximas de nós. E os educadores precisam ser melhor preparados para lidar conosco.
- 13) Quero fazer um Curso de Telecomunicações, trabalhar com isso e sair das ruas.

GILBERTO ALVES PEREIRA

- 1) 36 anos cor branca

Fazia bicos

Ensino Médio completo

Natural de São Paulo

Separado – 5 filhos

2) Possui todos os documentos

3) Desempregado há 5 anos.

4) Saúde frágil, já teve derrame cerebral .Usa drogas: maconha e cocaína

5) Deu entrada no Benefício Governamental (bolsa família)

6) Motivo da ida para as ruas: conflito familiar

7) já foi atendido pelo Centro Pop Bárbara Calazans

8) Frequenta o Hotel Solidário na Central do Brasil

9) Localização boa.

10) Como freqüente há pouco tempo, não reclamo da higiene e da limpeza. Levo meu material de higiene. A comida é boa. É melhor do que dormir na rua, apesar do chuveiro ser de água gelada.

11) Sim, até agora não tive problemas com os funcionários.

12) Gostariam que colocassem chuveiros com água quente para tomarmos banho e deixassem mais pessoas passarem a noite no Hotel, porque sempre sobram vagas.

13) Sinceramente, não estou fazendo nada para sair das ruas

ALDO ALVES DA SILVA

1) 23 anos cor: branca

Trabalha como ambulante

Fundamental incompleto

Natural do RJ

Solteiro – sem filhos

2) Possui todos os documentos

3) Trabalha esporadicamente como ambulante

4) Saúde boa. Não usa drogas.

5) Recebe Benefício Governamental (bolsa família)

6) Motivo da ida para as ruas: desemprego e conflito familiar

7) Não foi atendido pelo Centro Pop Bárbara Calazans

8) Frequenta o Hotel Solidário na Central do Brasil

9) Localização boa.

10) Chuveiro , além da água gelada, não fecha direito, fica pingando, desperdiçando água. A janela de alguns boxes não fecham direito, quase nenhum ventilador funciona, não dão toalaha, quem não tem, se enxuga com a própria roupa. Jogaram meu chinelo no lixo e roubaram os doces que vendo.

11) Não, somos desrespeitados por um funcionário.

12) Precisam colocar urgente chuveiros com água quente para tomarmos banho e consertar a televisão.

13) Vou trabalhar com isopor agora (vendendo bebidas) e espero sair das ruas o mais rápido possível.

ANDRÉ DE CASTRO

1) 34 anos cor: branca

Fazia bicos

Superior incompleto (Administração)

Natural do Paraná

Solteiro – sem filhos

- 2) Possui todos os documentos, com exceção da Carteira de Trabalho, que já está tirando
- 3) Desempregado há cerca de 5 anos
- 4) Saúde boa. Fuma cigarro, mas não usa drogas.
- 5) Benefício Governamental (bolsa família)
- 6) Motivo da ida para as ruas: desemprego
- 7) já foi atendido pelo Centro Pop Bárbara Calazans
- 8) Frequenta o Hotel Solidário na Central do Brasil
- 9) Localização boa.
- 10) Atendimento ruim, infraestrutura razoável, precisando de muitos reparos e mais funcionários. A comida é boa.
- 11) Mais ou menos, é preciso que contratem mais funcionários.
- 12) Precisam melhorar o atendimento. E também colocar chuveiros com água quente.
- 13) Estou fazendo o cadastro no Programa Minha Casa, minha Vida.

MARCOS EVANDRO SOLLACK

- 1) 35 anos cor: branca
Motorista
Fundamental incompleto
Natural de Santa Catarina
Separado – 1 filha
- 2) Possui todos os documentos, faltando apenas tirar uma nova Carteira de Trabalho, pois a que está em seu poder, está toda preenchida
- 3) Desempregado há 8 meses
- 4) Saúde boa. Já usou drogas.
- 5) Recebe Benefício Governamental (bolsa família)
- 6) Motivo da ida para as ruas: desemprego
- 7) já foi atendido pelo Centro Pop Bárbara Calazans
- 8) Frequenta às vezes o Hotel Solidário na Central do Brasil
- 9) Localização boa.
- 10) A higiene ruim, muitos leitos desativados, banheiro horrível, para tomar banho apenas um pedacinho de sabonete que é dado na entrada junto com um pouco de creme dental, não dão toalha. Alimentação às vezes boa, às vezes ruim. Existe uma panela de quem já é conhecido dos funcionários. Eles sempre conseguem vaga.
- 11) Sim, nunca tive problema com os funcionários.
- 12) Deveria haver um acompanhamento de cada caso, a fim de reconhecer quem realmente quer ajuda para sair das ruas, fazer uma peneira para saber quem precisa de apoio
- 13) Estou aguardando a confecção da carteira de trabalho e talvez voltar para a casa dos meus pais, no Sul.

MARCOS ANTÔNIO DOS SANTOS DE MATOS

- 1) 60 anos cor: parda
Auxiliar de serviços gerais
Fundamental incompleto
Natural do RJ
Separado – 2 filhos
- 2) Não possui todos os documentos, está regularizando a situação com o apoio da Defensoria Pública

- 3) Desempregado há 4 anos
- 4) Saúde boa. Não usa drogas.
- 5) Não recebe Benefício Governamental (bolsa família)
- 6) Motivo da ida para as ruas: desemprego
- 7) Não foi atendido pelo Centro Pop Bárbara Calazans
- 8) Frequenta às vezes o Hotel Solidário na Central do Brasil
- 9) Localização boa.
- 10) A higiene é precária. Mosquitos, percevejos, boxes vazios, colchões velhos cheios de mosquitos, não há toalhas, alimentação às vezes boa, às vezes ruim
- 11) Não, às vezes tem funcionário que bate na gente e não nos respeita.
- 12) Precisam colocar pessoas com mais responsabilidade e atenção para os usuários. Nunca vimos o Diretor do abrigo.
- 13) Pretendo conseguir alugar um quarto.

ALEXANDRE FIDÉLIS

- 1) 44 anos cor: branca
Fazia bicos
2º grau completo
Natural do RJ
Separado, sem filhos
- 2) Documentos foram roubados, mas já estão sendo providenciados.
- 3) Desempregado há 2 meses
- 4) Saúde boa. Não usa drogas.
- 5) Deu entrada no Benefício Governamental (bolsa família)
- 6) Motivo da ida para as ruas: desemprego e separação
- 7) já foi atendido pelo Centro Pop Bárbara Calazans
- 8) Frequenta o Hotel Solidário na Central do Brasil.
- 9) Localização boa.
- 10) Banheiro quebrado, precário, sujo, ralos sujos, água fria nos chuveiros, mictórios transbordando, não adianta reclamar. Apesar disso tudo, ontem estavam pintando as paredes, consertando pisos, portas e camas quebradas, colocaram lençóis e fronhas.
- 11) Não tive muitos problemas com os educadores, mas alguns nos tratam mal, outros bem.
- 12) Precisam colocar chuveiros com água quente e as psicólogas e assistentes sociais deveriam vir até nós, não ficarem em suas salas esperando.
- 13) Espero conseguir um emprego para sair das ruas

JOHNNY MARTINS

- 1) 32 anos cor: negra
Eletricista e Auxiliar de Edificações
Fundamental completo
Natural do RJ
Separado – 3 filhos
- 2) Possui todos os documentos
- 3) Desempregado há 6 anos, mas nas ruas há 47 dias
- 4) Saúde boa. Usa drogas: cocaína
- 5) Deu entrada no Benefício Governamental (bolsa família)
- 6) Motivo da ida para as ruas: desemprego e conflito familiar
- 7) já foi atendido pelo Centro Pop Bárbara Calazans, mas eles só oferecem

encaminhamento para tirar documentos e banho.

8) Frequenta o Hotel Solidário na Central do Brasil

9) Localização boa.

10) Banheiro muito sujo, paredes sujas, sem porta, limpeza ruim, chuveiros só com água gelada,, não tem toalha, pode lavar a roupa, mas não tem aonde pendurar.

Roupa de cama às vezes é usada, não trocam após a saída do usuário anterior.

11) Não tenho reclamações importantes sobre os funcionários.

12) Chuveiros com água quente, limpeza. A Psicóloga e a Assistente Social deveria nos procurar, muitos precisam e não procuram o Centro POP.

13) Pretendo me restabelecer e sair das ruas.

JORGE ROBERTO DA COSTA MACHADO

1) 34 anos cor: negra

Confeiteiro Profissional e experiência com Turismo

Fundamental completo

Natural do RJ

Separado – 2 filhos

2) Possui RG

3) Desempregado há 2 anos

4) Saúde boa. Usa drogas: cocaína

5) Não recebe Benefício Governamental (bolsa família)

6) Motivo da ida para as ruas: desemprego, conflito familiar e falta de planejamento

7) já foi atendido pelo Centro Pop Bárbara Calazans, para documentação e banho

8) Frequenta o Hotel Solidário na Central do Brasil

9) Localização boa.

10) Quartos em más condições, portas que não fecham, sem ventilação, usuários entram com drogas, às vezes tem revista, às vezes não. Câmeras de segurança que não ficam ligadas. Banheiro péssimo, vaso horrível, Box sujo, com lodo. Às vezes falta água, porque a Supervia desliga, por falta de pagamento. Não dão toalha. Você toma banho e não tem como se enxugar. Alimentação ruim, tem moela várias vezes na semana. Muitos deixam comida no prato, desperdiçando os alimentos.

11) Não, os educadores são mal qualificados.

12) Atividades para os usuários, funcionários melhor qualificados e interação da psicóloga e da Assistente Social com os usuários.

13) Para arrumar um trabalho preciso de comprovante de residência.

JOSIMAR DA SILVA MATOS

1) 46 anos cor: branca

pintor

Fundamental completo

Natural do RJ

Solteiro – sem filhos

2) Possui RG

3) Desempregado há 3 anos

4) Saúde boa. Usa drogas: cocaína

5) Não recebe Benefício Governamental (bolsa família)

6) Motivo da ida para as ruas: desemprego.

7) Não foi atendido pelo Centro Pop Bárbara Calazans. Toma banho em igrejas.

8) Frequenta o Hotel Solidário na Central do Brasil

9) Localização boa.

- 10) O Hotel melhorou um pouco. Às vezes falta água, não há água quente nos chuveiros, não há toalhas. O sabonete para o usuário é um pedaço pequeno
- Alimentação melhorou. A psicóloga não aborda as pessoas
- 11) Não, alguns os educadores grosseiros, outros são bons.
- 12) A psicóloga e a Assistente Social devem ir até os usuários. À noite não vemos essas profissionais.
- 13) Eu vou me reerguer.

VÂNIA MARIA DE SOUZA ROSA

- 1) 55 anos cor: branca
Diarista
Fundamental completo
Natural do RJ
Solteira – sem filhos
- 2) Documentação completa
- 3) Desempregada por 4 anos
- 4) Já usou cocaína e crack
- 5) Não recebe Benefício Governamental (bolsa família), pois já recebe salário como diarista
- 6) Motivo da ida para as ruas: conflito familiar, bebida e drogas
- 7) Não foi atendida pelo Centro Pop Bárbara Calazans.
- 8) Já frequentou o Hotel Solidário na Central do Brasil
- 9) Localização boa.
- 10) Na época, tinha muitos problemas. Regulação das vagas, sem material de higiene, instalações quebradas.
- 11) Não, alguns educadores eram grosseiros, outros bons.
- 12) é preciso que os profissionais do Centro Pop se aproximem dos usuários, para conhecer suas histórias.
- 13) Eu me reergui graças à minha força de vontade e à confiança de uma das minhas irmãs , que me acolheu. Hoje, minha vida é para defender os direitos da população em situação de rua e resgatar a dignidade deles.